

razões para contratar um arquitecto

LOCAL, PRAIA, SANTIAGO



ESTOU A PENSAR CONTRATAR OS SEUS SERVIÇOS DE ARQUITECTO

CAMINHANDO PARA A MERCEARIA



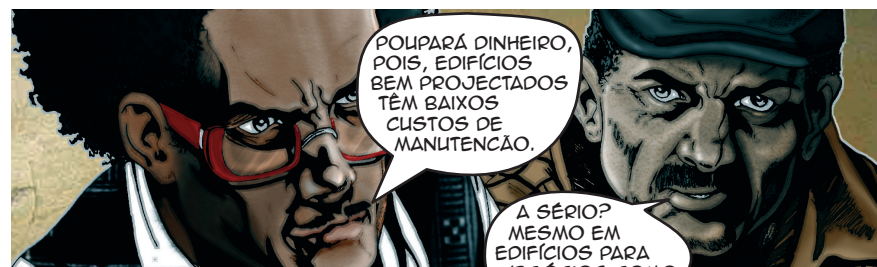
QUERO ABRIR UMA NOVA MERCEARIA SEM OS PROBLEMAS DE INFILTRAÇÃO QUE ESTA TEM TIDO AO LONGO DOS ANOS

JÁ DENTRO DA MERCEARIA ANTIGA...



FAZ BEM. O ARQUITECTO CONSEGUE RESOLVER ESTES PROBLEMAS QUE PODIAM SER EVITADOS SE ESTIVESSE ENVOLVIDO NO PROJECTO DESDE O INÍCIO.

CLARO. ALIÁS, SÓ TEM A GANHAR COM A CONTRATAÇÃO DE UM ARQUITECTO, POIS SERÁ PROJECTADO PARA SER MAIS CONVINDATIVO E FUNCIONAL PARA TRABALHADORES E CLIENTES.



POUPARÁ DINHEIRO, POIS, EDIFÍCIOS BEM PROJECTADOS TÊM BAIXOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO.

A SÉRIO? MESMO EM EDIFÍCIOS PARA NEGÓCIOS COMO O MEU?



INCRÍVEL!!!

CERTAMENTE QUE POUPIREI TAMBÉM O MEU TEMPO, VISTO QUE NÃO ESTAREI PREOCUPADO ESTANDO O PROJECTO EM TÃO BOAS MÃOS.



OS ARQUITECTOS SABEM GERIR E COORDENAR UM TRABALHO, E NORMALMENTE ISSO IMPLICA COORDENAR UMA EQUIPA DE ESPECIALISTAS.



NATURALMENTE. É POR TODOS ESTES MOTIVOS QUE OS ARQUITECTOS SÃO OS ÚNICOS PROFISSIONAIS HABILITADOS PARA FAZER PROJECTOS DE ARQUITECTURA.



ESTÁ CONTRATADO ARO. RODRIGUES SÓ LAMENTO NÃO O TER FEITO ANTES.



Avenida Figueira da Fóz, nº 7 1º Andar Esq.º
em frente ao Liceu "Pedro Gomes" Achada Santo António
C. Postal nº 345 C - Fazenda | Tel. +238 262 22 77 | Fax. + 238 262 38 88
Móvel. + 238 919 22 78 | Email: secretariado@arquitectos.org.cv

www.arquitectos.org.cv
lojaoc.com.cv

ARQ & urb

CADERNOS OAC

#01 // JANEIRO - JUNHO 2013
ORDEM DOS ARQUITETOS DE CABO VERDE
PREÇO DE CAPA: 500.00 ECV

ARQUITETURA & URBANISMO

destaque//

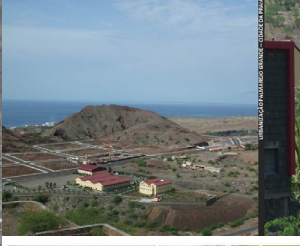
CASA DA ARQUITETURA

7

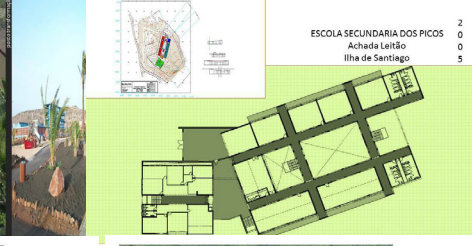
+ Prémio Nacional da Arquitectura // Vidro nas fachadas // Défice Habitacional em Cabo Verde: que soluções?



Urbanização de Palmarejo Grande



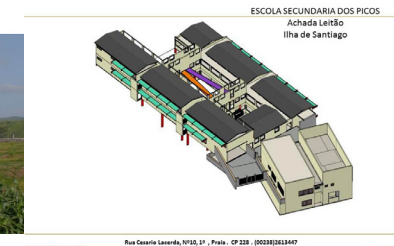
View of the coastal area



Escola Secundaria dos Picos - Achada Leitão



Escola Secundaria dos Picos - Achada Leitão



3D rendering of a building complex



Outros projectos



Guest House



House with porch



Modern house



Building with curved facade



Building with glass facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



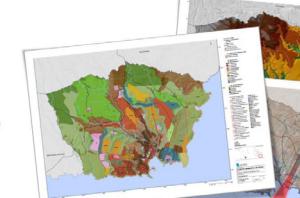
Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



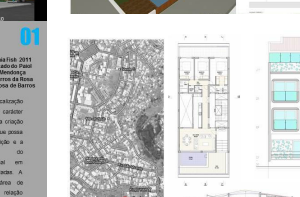
Building with curved facade



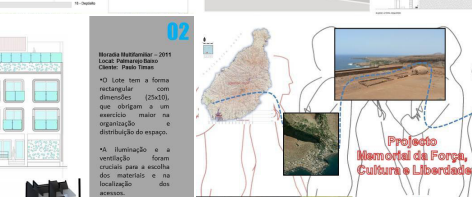
Building with curved facade



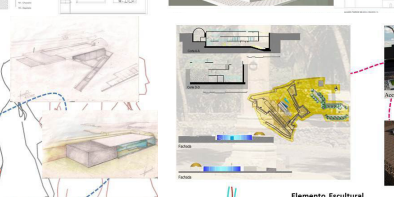
Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



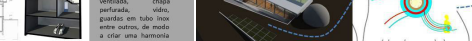
Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade



Building with curved facade

Vertical text on the right edge of the page.

01 casa CL

Moeli Fátima; Praia
projetos: 2007/2008e2007/2009

Este projeto teve como base o desejo de criar um espaço habitacional que fosse capaz de oferecer qualidade de vida aos seus moradores, com especial atenção para a criação de um espaço comunitário de lazer, através de um jardim comunitário.

02 casa Pia

Noeli Quinto Daniela; Praia
Projeto: 2011

Um projeto habitacional composto por três apartamentos para três membros de família e três famílias diferentes de habitat.

03 Edifício Administrativo e Casa Moradia

de Rua de Fátima
Local: Praia da Luz
Ano: 2003

Este projeto envolveu a construção de um edifício administrativo e de uma casa moradia para a família do arquiteto.

04 Centro de Congressos

Parque de São João
Local: Praia da Luz
Ano: 2011

A configuração do espaço, com a criação de um espaço de lazer e de um espaço de trabalho, com uma configuração espacial de caráter moderno e inovador.

05 Campus Universitário

Universidade do Algarve
Local: Faro
Ano: 2011

Um projeto de construção de um campus universitário, com um edifício de ensino e de investigação científica, com um espaço de lazer e de trabalho.

02 Casa Cardoso

Fátima; Praia - Casa Verde

Projeto 2003. Em construção. Início da obra 2007

Lote 276 m²

03 Praia Shopping

Local: Praia da Luz
Ano: 2011

Um projeto de construção de um shopping center, com um edifício de comércio e de lazer, com um espaço de lazer e de trabalho.

04 Edifício Administrativo

Local: Praia da Luz
Ano: 2011

Um projeto de construção de um edifício administrativo, com um edifício de comércio e de lazer, com um espaço de lazer e de trabalho.

05 Complexo Multi-Usos

Local: Praia da Luz
Ano: 2011

Um projeto de construção de um complexo multi-usos, com um edifício de comércio e de lazer, com um espaço de lazer e de trabalho.

06 Centro de Emprego de Praia (Lux)

Local: Praia da Luz
Ano: 2011

Um projeto de construção de um centro de emprego, com um edifício de comércio e de lazer, com um espaço de lazer e de trabalho.

01 Licenciamento, Moradia Familiar em Ponta do Sol - Santo António

Projeto de licenciamento e construção de uma moradia familiar em Ponta do Sol - Santo António.

02 Estudo Prévio - Centro de Formação Desportiva na Praia - Santiago

Estudo prévio para a construção de um centro de formação desportiva na Praia - Santiago.

03 Concept Design - Edifício de habitação, comércio e serviços - Benguela

Concept design for a building of housing, commerce and services in Benguela.

04 Centro de Emprego de Praia (Lux)

Projeto de construção de um centro de emprego em Praia (Lux).

05 Complexo Multi-Usos

Projeto de construção de um complexo multi-usos.

01 Projeto do Edifício para Habitação e Comércio para construir em Espargos de Ilha do Sal

Projeto de construção de um edifício para habitação e comércio em Espargos de Ilha do Sal.

02 Dona | Centro Comercial - Loja, Espaço Têxtil e Instalação Familiar - Apartamentos

Ano: 2009

Projeto de construção de um centro comercial em Espargos de Ilha do Sal.

03 Dona | FÁBICA Social - Loja, Espaço Têxtil e Instalação Familiar - Apartamentos

Ano: 2009

Projeto de construção de um centro comercial em Espargos de Ilha do Sal.

04 Dona | MORADA Social - Loja, Espaço Têxtil e Instalação Familiar - Apartamentos

Ano: 2007

Projeto de construção de um centro comercial em Espargos de Ilha do Sal.

05 Centro Multiusos do Maio - Cruz Vermelha - Porto Inglês, 2009

Projeto de construção de um centro multi-usos em Cruz Vermelha - Porto Inglês.

01 DE DO PORQUE NATURAL DA ILHA DO FOGO - das Galdinhas

INCANTAMENTO - COOPERATIVA ALIADA
- ANIMAZOR: ANIMAZOR DE OLIVEIRA

Projeto de construção de um centro de lazer em das Galdinhas.

02 COMPLEXO PAROQUIAL DE NOSSA S. DAS DORES - Sta Maria - Ilha do Sal

CELESTES - DIÓCESSE DO MEIUELO
RUA SOTÓRIO

Projeto de construção de um complexo paroquial em Sta Maria - Ilha do Sal.

03 REQUALIFICAÇÃO URBANA DE STA MARIA (PRORRIADADE 1) - Sta Maria - Ilha do Sal

CELESTES - CHARRA IMPRECIOSA DE ESPARGOS
RUA SOTÓRIO

Projeto de requalificação urbana em Sta Maria - Ilha do Sal.

04 Paços do Concelho de Santa Cruz - Santiago - 2009

Projeto de construção de um edifício municipal em Santiago.

05 Centro Multiusos do Maio - Cruz Vermelha - Porto Inglês, 2009

Projeto de construção de um centro multi-usos em Cruz Vermelha - Porto Inglês.

01 CASA CMNR

PRAIÁ - COURELA - 2009

Projeto de construção de uma casa em Praiá - Courela.

02 CASA AFT

PRAIÁ - COURELA - 2010

Projeto de construção de uma casa em Praiá - Courela.

03 CASA VMS

PRAIÁ - COURELA - 2009

Projeto de construção de uma casa em Praiá - Courela.

04 40% of water in homes without toilets 46% do not have access to the public water supply 77% are not connected to sewerage infrastructure

Projeto de construção de um edifício em uma comunidade rural.

05 Centro Multiusos do Maio - Cruz Vermelha - Porto Inglês, 2009

Projeto de construção de um centro multi-usos em Cruz Vermelha - Porto Inglês.

01 CASA CMNR

PRAIÁ - COURELA - 2009

Projeto de construção de uma casa em Praiá - Courela.

02 CASA AFT

PRAIÁ - COURELA - 2010

Projeto de construção de uma casa em Praiá - Courela.

03 CASA VMS

PRAIÁ - COURELA - 2009

Projeto de construção de uma casa em Praiá - Courela.

04 40% of water in homes without toilets

Projeto de construção de um edifício em uma comunidade rural.

05 Centro Multiusos do Maio - Cruz Vermelha - Porto Inglês, 2009

Projeto de construção de um centro multi-usos em Cruz Vermelha - Porto Inglês.



Editorial

:: Conselho de administração



Notícias

:: Nacionais e Internacionais



Projecto

:: Prémio Nacional de Arquitectura



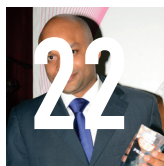
Entrevista

:: Cesar Freitas: Bastionário da OAC



Catálogo

:: Reabilitação, precisa-se



Especial

:: Prémio Nacional de Arquitectura



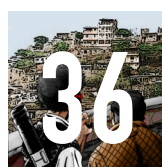
Cooperação

:: Parcerias Nacionais e Internacionais



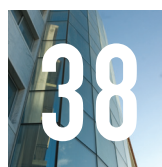
Destaque

:: Casa da Arquitectura



Números:

:: Arquitectura em Cabo Verde



Tendências:

:: Vidro nas fachadas



Debate:

:: Défice Habitacional em Cabo Verde: que soluções?



Investigação:

:: Como mora o caboverdiano



Opinião:

:: História do Plateau da Praia



Cidades

:: Uma cidade chamada Vila: São Filipe

NOB

EDITORIAL

conselho de administração

ALorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Donec accumsan malesuada lorem et malesuada. In eget viverra nisi. Cras varius, urna eu faucibus dapibus, risus ante mattis tellus, ut sodales eros dui nec enim. Nunc magna lorem, luctus eu vulputate id, porttitor sed tortor. Sed leo orci, sagittis sed vulputate et, interdum suscipit velit. Ut dolor lorem, euismod eu vehicula in, facilisis nec est. Vestibulum vitae massa justo. Morbi sit amet mi tortor. Nulla vel felis eget elit aliquet consectetur. Fusce imperdiet molestie mauris ac faucibus. Morbi in ullamcorper ante. Pellentesque lobortis ante ac nulla mollis porta. Suspendisse malesuada, ipsum tristique vestibulum faucibus, nulla ipsum convallis augue, in porttitor sem dolor et eros. Morbi luctus elit sed augue malesuada nec pellentesque turpis suscipit. In hac habitasse platea dictumst. Aliquam sed augue neque. Vestibulum risus diam, egestas quis suscipit vitae, elementum et mauris. Vivamus non neque nulla, at lobortis nisl. Fusce blandit lobortis est eget scelerisque. Fusce euismod ullamcorper scelerisque. Duis mattis gravida diam, non condimentum mi tincidunt ac. Donec mollis euismod neque, ac pretium eros facilisis et. Aenean tincidunt est et urna suscipit eget vestibulum turpis congue.

Sed imperdiet tellus a risus ornare sed mollis nulla suscipit. Curabitur malesuada, mauris et porttitor laoreet, ante libero fringilla purus, nec euismod neque nisi vitae neque. Cras placerat ante id ligula rutrum fermentum. Suspendisse fringilla dapibus leo eget adipiscing. Sed non arcu est. Morbi sodales, tellus ut gravida elementum, justo urna laoreet dui, ac laoreet libero nunc ut nibh. Vivamus vitae accumsan arcu. Cras

convallis nisl eu velit laoreet eu volutpat purus malesuada. In hac habitasse platea dictumst. Morbi rutrum augue libero, in luctus neque. Praesent volutpat dui sit amet libero consectetur eget blandit purus ultricies. Cum sociis natoque penatibus et magnis dis parturient montes, nascetur ridiculus mus. Class aptent taciti sociosqu ad litora torquent per conubia nostra, per inceptos himenaeos

Sed imperdiet tellus a risus ornare sed mollis nulla suscipit. Curabitur malesuada, mauris et porttitor laoreet, ante libero fringilla purus, nec euismod neque nisi vitae neque. Cras placerat ante id ligula rutrum fermentum. Suspendisse fringilla dapibus leo eget adipiscing. Sed non arcu est. Morbi sodales, tellus ut gravida elementum, justo urna laoreet dui, ac laoreet libero nunc ut nibh. Vivamus vitae accumsan arcu. Cras convallis nisl eu velit laoreet eu volutpat purus malesuada. In hac habitasse platea dictumst. Morbi rutrum augue libero, in luctus neque. Praesent volutpat dui sit amet libero consectetur eget blandit purus ultricies. Cum sociis natoque penatibus et magnis dis parturient montes, nascetur ridiculus mus. Class aptent taciti sociosqu ad litora torquent per conubia nostra, per inceptos himenaeos.

Sed imperdiet tellus a risus ornare sed mollis nulla suscipit. Curabitur malesuada, mauris et porttitor laoreet, ante libero fringilla purus, nec euismod neque nisi vitae neque.

FICHA TÉCNICA

Propriedade: Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde

Projecto gráfico e paginação: b. indie | Design: Salif Silva | Textos: Chissana Magalhães, Rita Carvalho e Sara Almeida

Fotografias: b.indie, arquivo OAC | Ilustração e BD: Aldino Rodrigues e Sai Rodrigues | Tiragem: 500 exemplares | Impressão:

Coordenação editorial: Chissana Magalhães | Comissão Editorial: Nuno Lobo e Carlos Évora.

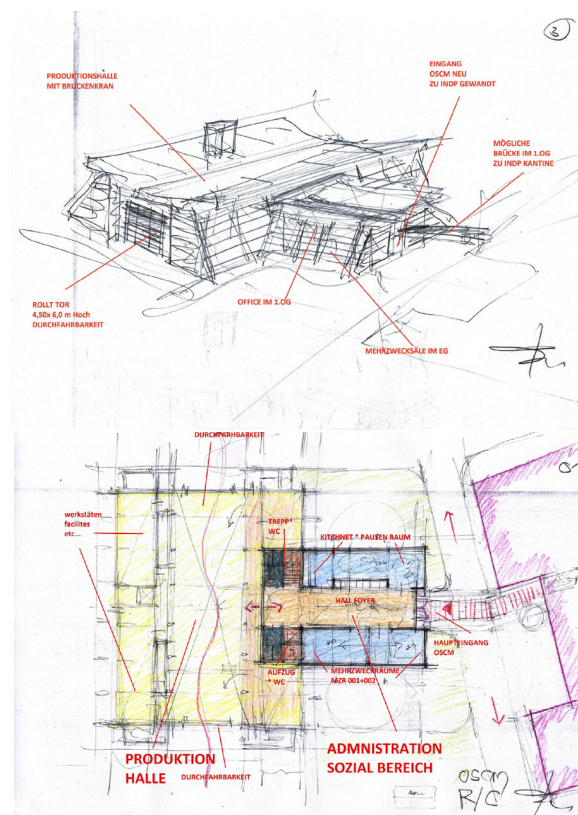
PEDRO GREGÓRIO LOPES PROJECTA CENTRO OCEANOGRÁFICO DO MINDELO

A cidade do Mindelo vai ter um Centro de Investigação Oceanográfica, financiado em cerca de três milhões de euros pela Alemanha. Também baptizado de *Ocean Science Center Mindelo* (OSCM), o novo Centro é uma ampliação de um outro edifício actualmente usado pelo INDP.

Vários escritórios, oficinas e laboratórios de pesquisas, dão corpo a este edifício concebido pelo arquitecto Pedro Gregório Lopes, que se pretende bioclimático, recorrendo a todos os recursos disponíveis no local.

A nível estético, e quanto ao pavilhão principal, pretende-se que o seu desenho lembre “um animal crustáceo, ou seja, a lagosta das nossas Ilhas”, conforme a memória descritiva do projecto. A sua forma segue ainda uma série de premissas que possibilitam o referido uso dos recursos naturais como a ventilação ou a recolha das águas da chuva (pelo telhado). O edifício e o design são modulares e de fácil execução, avança o arquitecto.

O Centro enquadra-se no projecto de cooperação entre o Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas de Cabo Verde (INDP) e o Instituto Oceanográfico da Alemanha (GEOMAR). O objectivo é que esta estrutura proporcione as valências necessárias à investigação dos oceanos nesta zona do Atlântico. A gestão do OSCM, cuja construção deverá ficar concluída em 2014, ficará a cargo do INDP.



PRAIA VAI TER CENTRO DE FORMAÇÃO PARA ENERGIAS RENOVÁVEIS

A O futuro Centro de Formação Profissional para as Energias Renováveis está já em andamento e promete ser uma resposta inovadora que irá valorizar Cabo Verde no mercado da CEDEAO.

Situado no Palmarejo (cidade da Praia) num espaço de 15.000 metros quadrado, este é um projecto orçado em 680 mil contos e financiado pela cooperação Luxemburguesa. A infra-estrutura terá dois pisos e vai comportar sala de direcção, serviços administrativos, biblioteca, cafetaria, sala de serviços técnicos, sala de serviços gerais, sala de informática, sala de desenho, salas de aula, ateliers, sala de conferência/auditório, vestiários e casas de banho.

O projecto do Centro de Formação Profissional em Eficiência Energética e Bioclimática foi realizado pelo Gabinetes de Arquitectura Carlos Hamelberg Arquitectura & Urb (Cabo Verde), NLA Nuno Leónidas arquitectos, Lda. (Portugal) e Metaform atelier d'architecture (Luxemburgo).

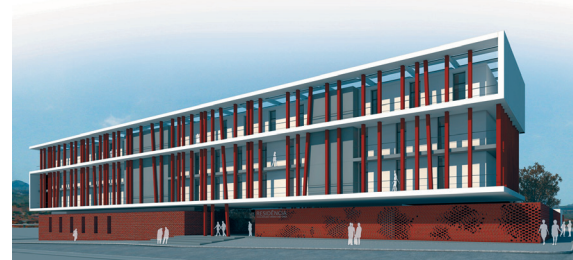


ANA MARTA CLEMENTE VENCE CONCURSO PARA FUTURA RESIDÊNCIA DE ESTUDANTES DA EHTCV

O A Escola de Hotelaria e Turismo de Cabo Verde (EHTCV) vai contar com uma residência estudantil que irá albergar 150 alunos da instituição de formação profissional. A arquitecta Ana Marta Clemente, da FOCUS group. CV é a autora deste projecto, financiado pela Lux-Devélopment no âmbito da parceria entre Cabo Verde e Luxemburgo. A nova-infraestrutura contempla dormitórios femininos e masculinos, salas de estudo, de informática e de convívio e ainda uma cafetaria que vai funcionar em complemento com os serviços que a escola já presta.

Estão ainda contemplados outros cómodos também complementares ao que já foi feito na Escola como zonas técnicas e de serviços de apoio. Além disso, estão incluídos quartos pilotos que servirão para a formação dos alunos, bem como uma residência para o director da residência estudantil.

A conclusão da obra está prevista para Novembro de 2013 e conta com um custo aproximado de 409 668 milhões de escudos



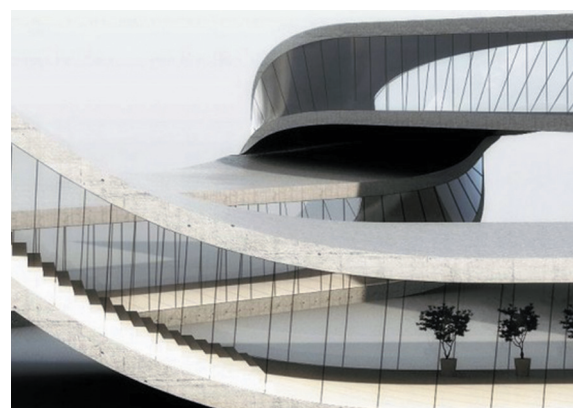
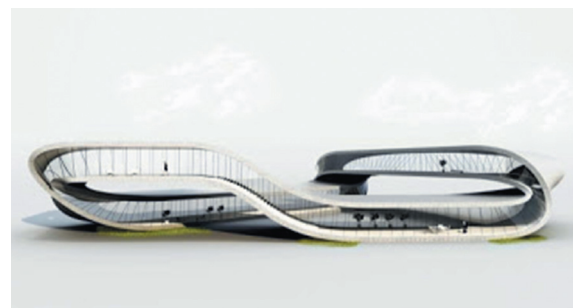
PRIMEIRO EDIFÍCIO IMPRESSO EM 3D SERÁ INAUGURADO EM 2014

A impressão 3D traz infinitas possibilidades e promete revolucionar muitas áreas. A arquitectura não é excepção e está já prevista a inauguração de um edifício feito numa impressora 3D no próximo ano.

A obra pioneira será construída ou melhor “impressa” na Holanda e foi concebida pelo arquitecto holandês Janjaap Ruijssenaars, da Universe Architectures. Ruijssenaars está a trabalhar em colaboração com o inventor italiano Enrico Dini, criador da impressora D-Shape. Neste projecto apelidado de Landscape House, o arquitecto trabalha ainda em conjunto com o artista e matemático Rinus Roelofs.

A impressão irá dar a forma ao objecto, imprimindo os blocos que definem o contorno. Depois, estes serão enchidos com betão com fibra de vidro.

Também na Lua poderão ser impresso edificios. A Agência Espacial Europeia e o escritório de arquitetura londrino Foster estão a explorar a possibilidade de construir de edificios 3D usando para impressão o solo lunar e domos infláveis.





**ADEUS
NIEMEYER**
1907-2011

**“A vida é um sopro, um minuto. A gente nasce,
morre. O ser humano é um ser completamente
abandonado...”**

Oscar Niemeyer em entrevista à BBC Brasil, em 2001

Figura de proa da arquitectura do século XX, Oscar Niemeyer faleceu no dia 5 de Dezembro, aos 104 anos, de insuficiência respiratória. Deixa um legado incontornável onde se destaca a concepção da cidade de Brasília, e a constante procura pela harmonia das curvas, e que lhe garante lugar no panteão da genialidade.

Nascido no Rio de Janeiro, a 15 de Dezembro de 1907, o arquitecto estava perto de celebrar os 105 anos, quando faleceu na cidade que o viu nascer. O arquitecto brasileiro tinha sido internado um mês antes, e pela terceira vez. O seu corpo foi acolhido para ser velado, no Palácio do Planalto, em Brasília, um edifício projectado por ele.

Considerado um dos maiores arquitectos, Niemeyer revolucionou o uso do betão. Juntou-lhe a sinuosidade da curva, proporcionando-lhe, pela primeira vez na história da arquitectura, formas plásticas.

Com a liberdade que trouxe às formas arquitectónicas, criou um novo conceito de espaço, visível na criação da nova capital do Brasil, Brasília, cuja a construção começou em 1957, sob os planos elaborados arquitecto Lúcio Costa. A cidade seria inaugurada em 1960 e os seus principais edifícios públicos têm a assinatura do mestre Niemeyer .

O maior génio da arquitectura brasileira ,e um dos maiores do mundo, colaborou com outros nomes históricos da Arquitectura mundial. Em 1936, trabalhou com Le Corbusier quando este foi consultor no projecto para o Ministério da Educação e Saúde, no Rio. Cedo romperá, no entanto, com o racionalismo internacional, com o pensamento que impõe a função à forma. Parte do modernismo e modifica-o, numa linha de hemisfério sul. “Minha arquitectura começou depois na Pampulha”, dizia, referindo ao projecto residencial desenvolvido em inícios da década de 40, à beira da lagoa da Pampulha. Com o este projecto inicia-se na procura das novas soluções plásticas proporcionadas pelo betão armado.

A potencialidade da técnica foram levadas ao limite, nomeadamente no seu projecto do campus da universidade de Constantine, na Argélia. Para sustentar as suas ambiciosas linhas, o arquitecto trabalharia sempre em estreita colaboração com os engenheiros.

Ao longo da sua carreira foi concebendo edifícios, que na realidade são ícones para a arquitectura e influenciam arquitectos contemporâneos de todo o mundo. Comunista convicto, exilado durante a ditadura militar, Niemeyer foi até ao fim trabalhador inveterado, absorvido por novos desafios e projectos, até ao último sopro.

Niemeyer em Cabo Verde

Cabo Verde esteve na rota de Oscar Niemeyer que ofereceu ao arquipélago um projecto para o Museu Amílcar Cabral, pouco após a independência do país, em 1975.

A oferta, uma das muitas que o arquitecto brasileiro doou ao longo da sua vida, acabaria por nunca sair do papel. Devido aos elevados custos de execução, optou-se, na altura, por construir um Memorial de homenagem a Amílcar Cabral, situado na Avenida Cidade de Lisboa, na Praia.

PROJETO

CONDOMÍNIO FECHADO ASA

autor

FERNANDO M. DOS SANTOS









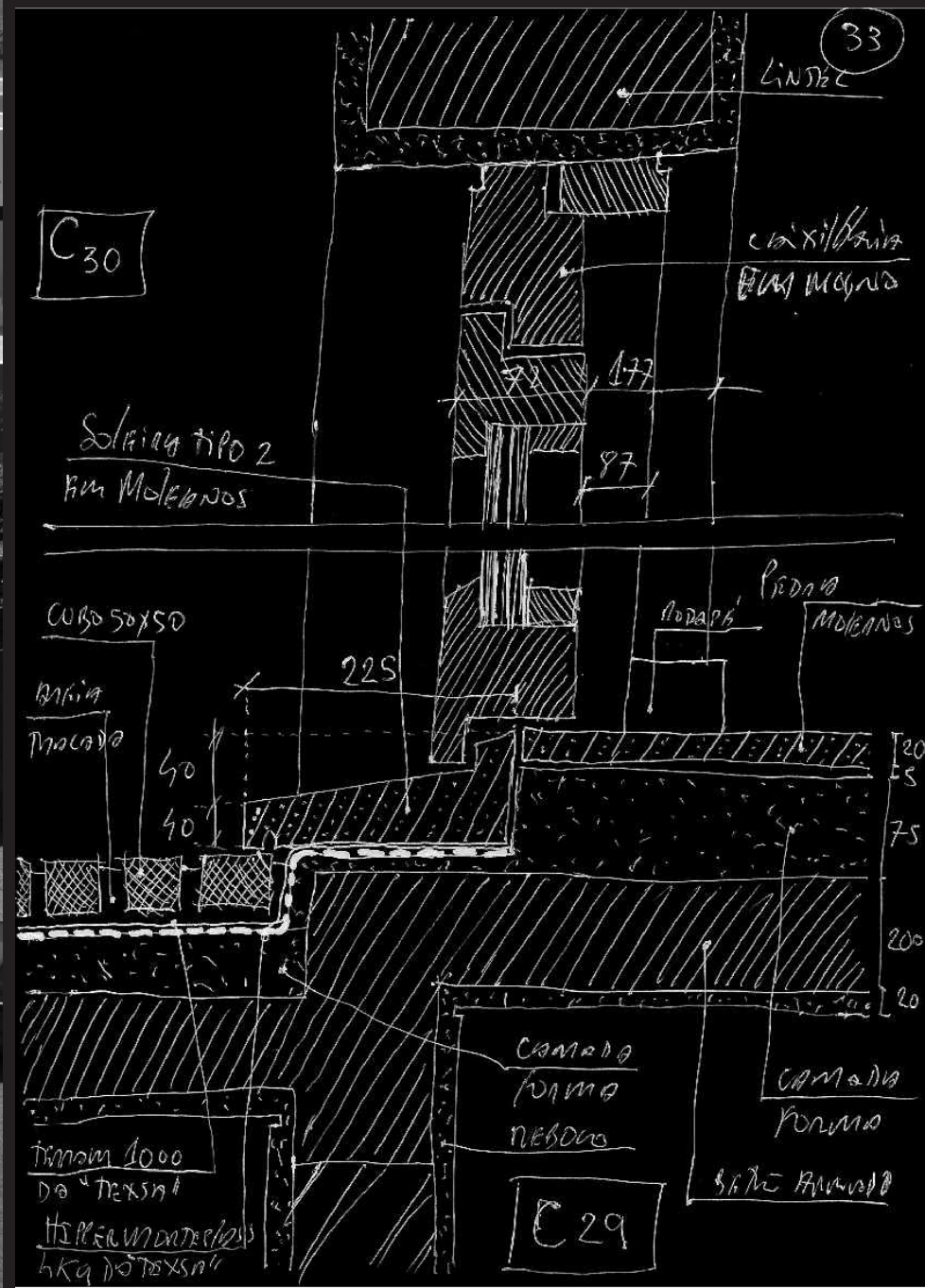
ARQUITECTO: FERNANDO SANTOS

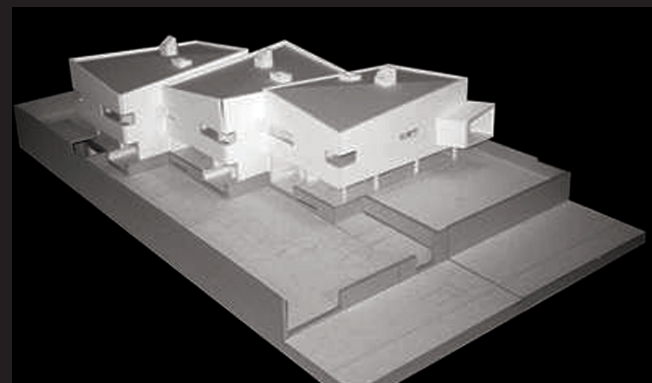
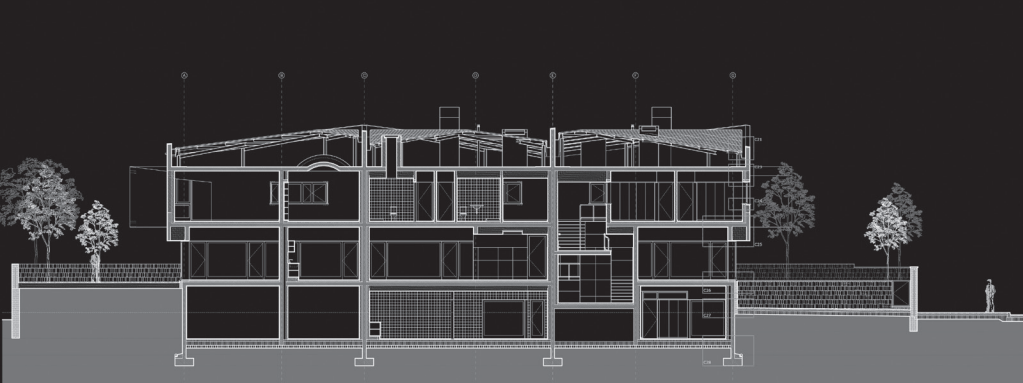
LOCALIZAÇÃO: ACHADA SANTO ANTÓNIO - PRAIA - SANTIAGO

ÁREA PROJECTO: 1539,39 m²;

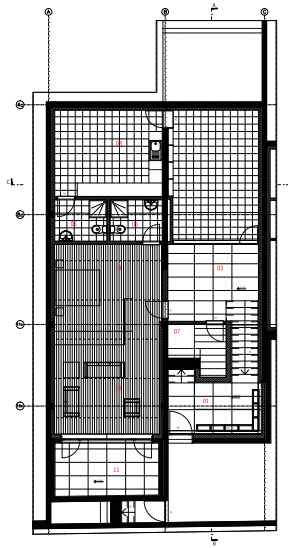
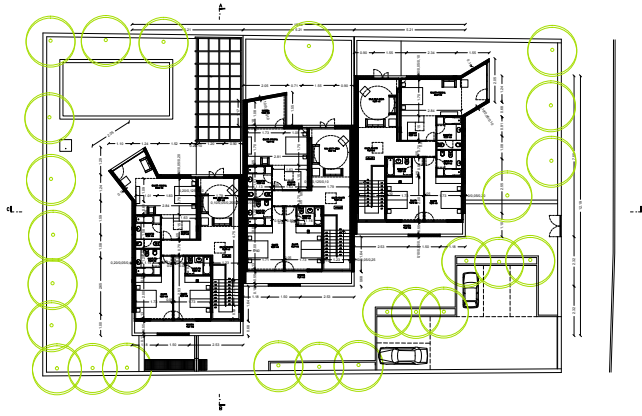
ANO PROJECTO: 2004

CLIENTE: SILVINO MAURÍCIO DOS SANTOS E JOSÉ CARLOS DA LUZ

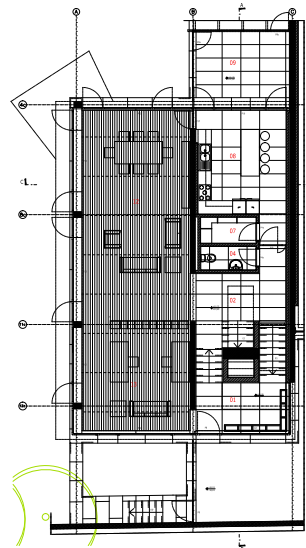




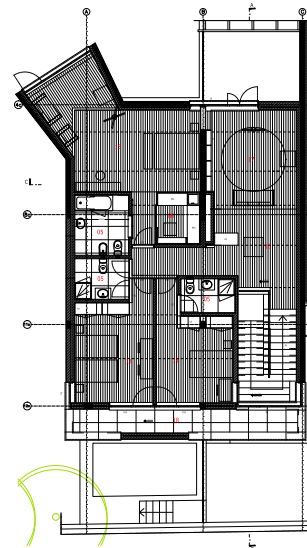
“Definimos objetivos bastante ambiciosos para a elaboração e construção deste edifício, aproximar o máximo da arquitectura como forma de arte.”



PLANTA CAV



PLANTA DO RES-DO-ORÇ



PLANTA DO PISO 1

A black and white photograph of César Freitas, a man with short, dark hair, smiling and wearing a light-colored, long-sleeved button-down shirt. He is standing in a library or office setting with white bookshelves in the background. The shelves contain books and are labeled with signs: 'Livros' (Books), 'Folhetos' (Brochures), and 'Outros' (Others).

CÉSAR FREITAS

bastonário da OAC

Num olhar sobre o seu mandato à frente da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde (OAC), o bastonário César Freitas passa em revista os desafios encontrados, as conquistas feitas e os projectos em curso. Garantir a sustentabilidade da classe, e fomentar o mesmo conceito no urbanismo e arquitectura em Cabo Verde são dois pilares defendidos. Do parafuso à cidade, do especialista ao cidadão comum, o trabalho da OAC é transversal e passa por uma miríade de acções e projectos, materiais e de sensibilização, sob um grande desígnio: garantir a qualidade da arquitectura e opções urbanísticas, com vista no bem-estar e desenvolvimento do país.

A actual direcção da OAC tomou posse, em Junho de 2010, para o triénio 2010/13. Com que desafios se depararam, dentro da Ordem, quando assumiram funções?

Deparamo-nos com dois grandes desafios a nível dos instrumentos de gestão: um desafio que dizia respeito, no fundo, a procedimentos administrativos e contabilísticos, e outro que era a questão das instalações físicas da OAC. Uma das primeiras acções que fizemos foi lançar, na organização interna, a criação de um manual de procedimentos administrativos e financeiros para que as nossas decisões e procedimentos pudessem ser previsíveis e pudessem estar também alinhados com os princípios de gestão da coisa pública. Portanto, adequamos esse manual aos critérios da legislação sobre a aquisição de bens e serviços públicos, e passamos a actuar dessa forma previsível, cumprindo esses princípios.

Outra acção foi a reinstalação da Ordem num espaço adequado, onde nós pudésemos desenvolver a nossa actividade e ter uma estrutura minimamente profissional. Quando chegamos, tínhamos um único funcionário que tratava dos aspectos administrativos, da limpeza e expediente e passamos a ter

uma estrutura mínima de três pessoas, e a desenvolver projectos que fazem parte da missão da OAC.

Outro desafio foi a realização de eventos que tinham sido abandonados, nomeadamente o Prémio Nacional de Arquitectura (PNA) – leia mais sobre o PNA nas páginas XX a XX.

Além do PNA, e dentro do plano de actividades que levaram a cabo, que eventos destacariam?

Em termos de eventos o que se destaca é o Mês da Arquitectura, realizado em 2011. No âmbito desse mega-evento, acolhemos o Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa e realizámos um conjunto de actividades, designadamente duas conferências internacionais, uma na Praia outra em São Vicente. Organizamos ainda workshops, tertúlias, conferências, projecção de filmes, debates, exposições e mostras de livros, exposições de trabalhos de arquitectos, em diferentes locais do país.

Além disso, ao longo do ano, temos vindo a desenvolver actividades em parceria, pois um dos objectivos que traçamos foi a realização de eventos que podem ser partilhados com outras instituições. Isto, para otimizar recursos, mas

também conseguir que as actividades tivessem o maior público possível, não só ligado à arquitectura mas também a áreas afins.

Também criamos o projecto Casa da Arquitectura, que pretendemos que venha a ser um espaço dedicado à arquitectura, promovido pela Ordem. No entanto, este não será um espaço só da OAC, será um espaço de Cabo Verde. leia mais sobre a Casa da Arquitectura nas páginas XX a XX.

A OAC aderiu recentemente à União de Arquitectos Africanos (UAA), é membro da União Internacional de Arquitectos (UIA) e tem um protocolo de cooperação com a Ordem dos Arquitectos de Angola (OA). Que vantagens trazem estas associações?

EEem primeiro lugar há a vantagem de podermos estar inseridos num enquadramento que tem um historial e uma maturidade grandes e podermos obter troca e aquisição de experiências. Com isso podemos muito mais facilmente utilizar os critérios internacionais mais actuais para a implementação das nossas acções.

Apoiamo-nos na UIA, por exemplo, para a modernização do processo de admissão e

qualificação de arquitectos. Através da UIA, e também da UAA, temos a vantagem de poder fazer uma cooperação mais directa com outras ordens.

Com a UAA, queremos estreitar e diversificar a nossa base de cooperação no universo do continente africano, que é onde nos inserimos e onde encontramos desafios similares para resolver.

Pretendemos também incentivar os arquitectos cabo-verdianos a se inserirem no mercado de trabalho africano. Sabemos que o mercado europeu é um mercado completamente esgotado, quase inacessível, e queremos estimular essa cooperação Sul-Sul e também fazer com que os arquitectos cabo-verdianos possam colaborar com o desenvolvimento desses países. E insere-se também numa estratégia de internacionalização.

Em relação à Ordem de Angola, temos um protocolo de reciprocidade e de reconhecimento dos arquitectos angolanos em Cabo Verde para o exercício da profissão e vice-versa. Angola identifica a arquitectura cabo-verdiana como uma mais-valia, há o reconhecimento da competência da arquitectura cabo-verdiana e uma identificação com os valores culturais de Cabo Verde. A arquitectura cabo-verdiana é tida como uma alternativa viável para colmatar o défice que Angola tem relativamente ao número de arquitectos por número de habitantes: cerca de 1 arquitecto por 30.000 habitantes.

E em relação ao trabalho em Cabo Verde, que mecanismos a OAC tem accionado para controlar o acesso à profissão, nomeadamente de arquitectos estrangeiros não creditados, e fomentar a empregabilidade?

A UIA recomenda um arquitecto por cada dez mil habitantes. Cabo Verde tem um arquitecto por cada três mil habitantes, portanto já estamos dentro do limite que é considerado mínimo para a satisfação do mercado próprio. Portanto, já temos um número suficiente de arquitectos para satisfazer as necessidades de Cabo Verde. Temos de ser realistas, consequentes e pragmáticos.

Queremos ter uma arquitectura de qualidade em Cabo Verde, que contribua para a valorização da cultura cabo-verdiana, e consideramos que os profissionais mais habilitados para defender essa identidade

cultural são os arquitectos cabo-verdianos, que têm conhecimento da cultura e da vivência cabo-verdianas. Assim, temos que criar regras muito claras para que qualquer profissional possa desempenhar essa função, dentro dos parâmetros internacionais (estamos a trabalhar com o apoio da UIA, no sentido de adequar as leis cabo-verdianas a esses parâmetros), mas também no respeito, valorização cultural e geração de mais-valias económicas de longo prazo.

Mas que mecanismos para o controlo do exercício da profissão estão a ser usados?

Um mecanismo é a sensibilização dos beneficiários - decisores, encomendadores e utilizadores - de arquitectura (câmaras municipais, Governo de Cabo Verde, IFH, Cabo Verde Investimentos, SDTIBM). Criamos também uma aplicação informática, com o NOSi, que corre dentro do sistema de informação municipal, em que, em qualquer projecto que é submetido a uma Câmara Municipal, os arquitectos têm de estar inscritos na Ordem e habilitados a exercer a profissão. Esse mecanismo, que bloqueia aqueles que não estiverem enquadrados nesse sistema, está concluído e em fase de implementação em todas as Câmaras.

Como referiu, a OAC considera que a arquitectura é um sector já lotado em Cabo Verde. Assim sendo, como é que se vão conseguir empregar novos arquitectos?

Temos espaço de empregabilidade noutras áreas importantes, em que a visão e a acção do arquitectos acaba por ser um factor decisivo e distintivo, pela positiva, para a melhoria da qualidade das decisões. Uma das principais funções do arquitecto é desenvolver a arquitectura, da cidade ao parafuso, mas os arquitectos estão habilitados a desenvolver actividades na área de design, gestão de projectos, fiscalização de obras, coordenação de obras, bem como a desempenhar funções de administração e assessoria em diferentes instituições, quer públicas quer privadas. E é desejável que os arquitectos continuem a envolver-se nas mais altas instâncias da estrutura política, nomeadamente nas Câmaras Municipais e nas Assembleias da República e Municipais.

A OAC tem apostado em conferências e outras actividades ligadas à investigação. Consideram que a investigação sobre arquitectura e urbanismo em Cabo Verde está num bom nível?

A investigação sobre arquitectura precisa de ser fomentada pelas universidades, pelo Laboratório de Engenharia Civil, pelas ordens profissionais, pelos diferentes ministérios, pelas empresas públicas e

“Temos tido uma
arquitectura que não
serve ao nosso país”

privadas. Tem havido poucos progressos na investigação aplicada. O conhecimento da realidade e dos diferentes desafios, cada vez mais complexos e que só processos de investigação podem identificar, é fundamental para a qualidade da tomada de decisão. É fundamental para a competitividade das soluções que temos de adoptar, que as decisões políticas e económicas sejam tomadas com base em critérios e informações realistas e objectivas. Por isso, a investigação é um investimento seguro e com viabilidade garantida para o desenvolvimento da actividade económica e o sucesso dos projectos públicos e privados. Quem não tem grandes recursos naturais e económicos, como é o caso de Cabo Verde, não pode correr o risco de implementar acções que não tenham absoluta garantia de sucesso, porque não há dinheiro para correcção de erros nem para segundas oportunidades.

Para finalizar, as construções clandestinas nas cidades cabo-verdianas são um dos maiores desafios quando o assunto é urbanismo e arquitectura. Como encara a OAC esta questão?

Não há solução a curto prazo e o modelo de desenvolvimento urbano que tem sido implementado em Cabo Verde, também não é a solução. Não há um planeamento global das cidades, mas sim um somatório de pequenas operações urbanísticas de loteamento cujo objectivo não era criar cidades onde as pessoas pudessem viver com qualidade e serem felizes, mas sim ter um recurso para as câmaras municipais arrecadarem receitas.

“Incentivamos os arquitectos cabo-verdianos a se inserirem no mercado de trabalho africano”

Essa visão não tem futuro porque não responde aos objectivos das próprias câmaras que, iludidas, pensando que estavam a resolver um problema económico, resolveram, momentaneamente, o problema da tesouraria. A resolução desse problema faz-se a

custo de encargos económicos que as câmaras municipais criaram para o futuro. Fizeram esses loteamentos, ficaram com o encargo de fazerem infra-estruturas, que não fizeram, e o território e as cidades foram tendo

um défice cada vez maior de infra-estruturação. Os lotes estão vendidos, mas as casas não estão lá ou então estas casas não foram concluídas porque o custo de fazer uma moradia unifamiliar não é compatível com a capacidade económica da pessoa. As câmaras, sem saber, criaram um determinado modelo que não serve à câmara nem às pessoas. A junção desses dois fracassos representa um encargo actual e futuro que também não serve ao país.

Constrói-se clandestinamente porque não tem havido um processo de antecipação pelo planeamento. A leitura que nós fazemos é que as pessoas têm capacidade de investimento, porque constroem. Há algum recurso financeiro, material e humano. Com uma observação dessa realidade, o planeamento deve antecipar essas acções e deve prever a utilização desses recursos para a criação de zonas planeadas ou a reconversão dessas zonas.

Esse planeamento e investimento na construção está ao alcance do bolso dos cabo-verdianos (a nível público e privado)?

A observação deve ser feita procurando diferentes pontos de vista e diferentes interesses. Têm que se construir soluções inteligentes porque a visão do custo da construção como único factor de controlo de custo, a nosso ver, não é suficiente. Na nossa visão é que as decisões sobre o custo da habitação devem ser num horizonte para toda a vida do edifício. Se nós fizermos estudos para imputar todos os custos desde a elaboração dos projectos – e a implementação de maior sustentabilidade implica maior investigação - podemos fazer reduzir o custo que as famílias vão ter para a utilização da casa. Se as famílias pouparem, quer dizer que vão ter mais dinheiro para investirem na educação dos filhos, na sua valorização profissional, no seu bem-estar e na sua qualidade de vida. E essa é que é a nossa visão.

SÃO ÀS DEZENAS PELO PAÍS. ALGUNS JÁ FORAM BELOS, UNS SÃO AUTÊNTICOS PATRIMÓNIOS ARQUITETÓNICOS ESQUECIDOS, OUTROS PODEM JÁ NÃO TER SALVAÇÃO. SÃO EDIFÍCIOS DEGRADADOS E ATÉ MESMO EM RUÍNA A CLAMAR POR REABILITAÇÃO. ESPAÇOS COM MIL E UMA UTILIDADES POSSÍVEIS, OPORTUNIDADE PARA CRIAÇÃO DE EMPREGO, (RE) VALORIZAÇÃO DE UM PATRIMÓNIO MORIBUNDO. CADERNOS OAC MOSTRA NESTA EDIÇÃO ALGUNS EXEMPLOS, NA CIDADE DA PRAIA.



Quartel Militar >> Plateau



Cinema Municipal >> Bairro Craveiro Lopes



Edifício Comercial >> Chã d'Areia.



Edifício Habitacional >> Terra Branca



Edifício Comercial >> Plateau

PNA – PRESTIGIAR A ARQUITECTURA MADE IN CABO VERDE

A caminho da terceira edição, prevista para em 2013, o Prémio Nacional de Arquitectura (PNA) volta a relembrar a importância de uma construção mais competitiva e adaptada ao território nacional.

“O PNA foi criado com o objetivo de promover e incentivar a qualidade arquitectónica quer de novas edificações, quer na recuperação ou remodelação de imóveis que contribuam significativamente para a valorização e/ou salvaguarda do património arquitectónico de Cabo Verde.” Com esta explicação, o arquitecto Francisco Livramento, da organização dos PNA, define as linhas-mestras que regem este prémio da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde (OAC). Mas não só. O arquitecto salienta que no âmbito do PNA cabe ainda a promoção da arquitetura paisagista e o tratamento do espaço público urbano, quer através de obras novas, quer através de obras de restauro, reabilitação ou remodelação.

Criado em 2007, o PNA tinha como intuito ser uma bienal de arquitetura. No entanto, seriam necessários quatro anos para a realização da sua segunda edição, que ocorreu em 2011. Agora, o Prémio aproxima-se da sua terceira edição. Sensibilizar os diversos municípios que acolhem este evento tem sido também um dos objectivos da OAC que pretende que a arquitetura possa ser interpretada como um poder público, fundamental para a competitividade territorial.

Depois de uma primeira edição, na Cidade Velha e da segunda, em 2011, no Mindelo, cabe agora a vez ao Município de Santa Catarina, em Santiago, fazer as honras da casa e acolher os candidatos deste certame. Cada município foi escolhido por razões simbólicas, consideradas pela organização como fundamentais para o sucesso de um evento do género. A Cidade Velha, cidade berço de Cabo Verde, constitui o seio de um dos patrimónios arquitectónicos mais emblemáticos do país e da África, daí que sua escolha tenha surgido como algo natural.

“No PNA 2011, escolhemos a cidade do Mindelo não somente com a intenção de descentralizar o PNA mas também pelo simbolismo que representa esta cidade”, sublinha também Francisco Livramento. A intenção é organizar o PNA nas outras cidades de Cabo Verde. Foi lançado um desafio aos autarcas, depois do sucesso no Mindelo, “e o primeiro a responder foi o Edil de Santa Catarina com o qual assinamos um protocolo para organizarmos a cerimónia de entrega do terceiro PNA na cidade de Assomada”.

Todas as edições têm contado com convidados especiais que prestigiam o evento e confirmam a seriedade e profissionalismo do corpo de jurados. Por exemplo, para o PNA 2007, foi convidado o presidente da União Internacional de Arquitectos (UIA), Gaetan Siew, que se fez representar pelo vice-presidente, o egípcio Seif Analsa. O júri do PNA 2011 foi liderado pelo conhecido arquitecto e Professor catedrático Gonçalo Byrne. Organizar um evento deste género obriga a todo um trabalho de logística. E para uma instituição com o cariz da OAC resulta impossível fazê-lo sem parceiros. Algo que, até agora, não tem faltado e que a representante dos arquitectos de Cabo Verde espera continuar a contar.

A selecção das obras passa por várias fases e as mesmas são sujeitas primeiro a uma comissão, presidida pelo presidente do Conselho Nacional de Cultura da OAC, e finalmente a um júri formado por vários organismos do Estado de Cabo Verde. Ministério da Cultura, Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território, Associação Nacional de Municípios, um representante da Ordem e um arquitecto internacional, de reconhecido mérito, são alguns dos responsáveis pela avaliação dos projectos a concurso.

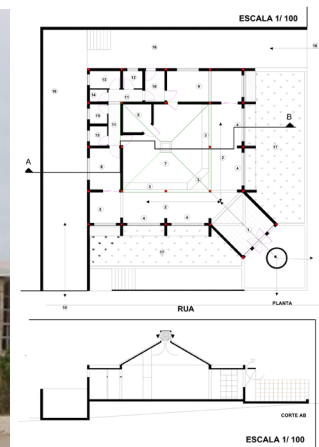
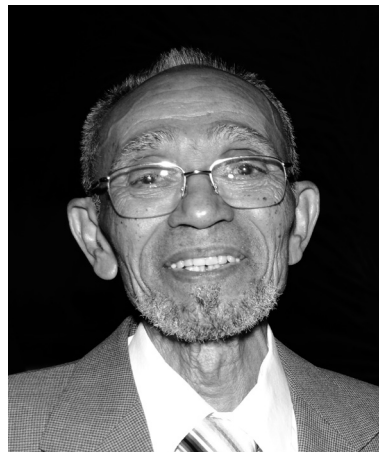
O regulamento do PNA e o seu TDR foram elaborados tendo por base vários estudos feitos sobre Prémios do mesmo tipo organizados em outros países. Adequarem-se ao local onde intervêm, um maior contributo à cultura cabo-verdiana e a sustentabilidade e durabilidade da solução encontrada, assim como a inovação do projecto, são alguns dos critérios para a selecção das obras, explica César Freitas, bastonário da OAC.

À edição de 2007 concorreram nove arquitectos e foram apresentados 11 projectos. Na seguinte, em 2011, concorreram também nove profissionais que apresentaram 12 projectos. Actualmente com 173 membros efectivos inscritos, a OAC conta que as próximas edições venham a ter maior participação e cada vez mais qualidade nas obras a concurso.

PNA 2007 – 1º PRÉMIO

PEDRO GREGÓRIO LOPES

Potencializar a Arquitectura
Cabo-verdiana



Agência de Banco BCA Maio, Praça á frente da Igreja - Ilha do Maio, Arquitecto: Pedro Gregório Lopes.

Pedro Gregório Lopes foi o primeiro cabo-verdiano a formar-se em arquitectura e, em 1975, era o único profissional da área existente no País. Com um percurso que dispensa apresentações, o arquitecto foi também o primeiro a ganhar um PNA, em 2007, apresentando na altura, e segundo as suas palavras, “um trabalho pequeno, quase irrisório, mas que englobou na sua feitura os princípios de integração essenciais no ambiente e clima em que foi edificado.”

Destacando a importância dos prémios, Pedro Gregório relembra a necessidade de uma construção adaptada ao clima de Cabo Verde, não esquecendo nunca a integração das obras no meio cultural e ambiental que as rodeia. “É é, nisso, que reside grande parte da importância do PNA, porque, no momento em que aquelas premissas tenham sido cumpridas poderão constituir-se em exemplos válidos para potenciar o surgimento, no futuro, de uma arquitectura que se deseje cabo-verdiana”, acrescenta o profissional.

Pedro Gregório defende que é ainda muito prematuro falar de uma arquitectura ou urbanismo cabo-verdiano, uma realidade que não surge por decreto. “É necessário que se cometam, ainda, muitos erros até que venha à vida o que mereça receber essa designação. Vem agora à memória a Holanda, país de grande tradição pictórica, mas que só conhece a Arquitectura após a Segunda Guerra Mundial. Parafraseando um Historiador, os valores surgem em revoadas temporais, quais auroras sucessivas. E quer-se acreditar que a hora de Cabo Verde também chegará”, afirma o arquitecto. Pedro Gregório considera que os PNA devem constituir um estímulo para todos os profissionais e que estes devem, a todo o custo desviarem-se de modismos ou colagens na descoberta do que é verdadeiramente representativo de Cabo Verde.

“Entre arquitectos e urbanistas já se ultrapassou mais de uma centena. Mas, nem por isso, se deve acreditar que tudo que vai ser feito será correctamente produzido. Muitos erros irão conhecer a luz do dia mas, por mais paradoxal que isso possa parecer, isso é uma bênção, pois, como disse Antoine de Saint-Exupéry de um passo errado ao dançar pode nascer uma nova dança. Analisar o que já se fez, por exemplo, nos bairros do Palmarejo e Cidadela, sem pontos de referência que ajudem na navegação do transeunte, pode ser o passo necessário para a nova dança”, adianta.

O arquitecto prevê ainda que nos próximos anos e devido ao aumento considerável de arquitectos, possa haver uma autêntica guerra das estrelas, “uma luta selvagem pela sobrevivência, onde a falta de ética levará a situações não dignificantes para a classe”.

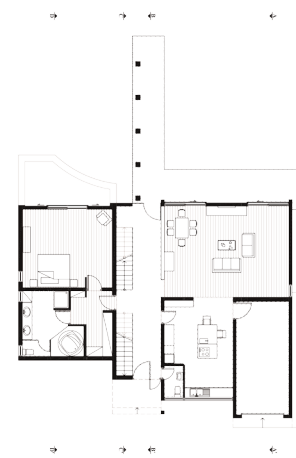
Apesar da larga experiência, Pedro Gregório Lopes não gosta de dar conselhos e, como diz, prefere apenas deixar sugestões a quem começa agora a carreira. “Organizarem-se em pequenos e vários grupos de reflexão sobre a criação dos espaços do habitar, para a descoberta de hipóteses de respostas ao clima, à insolação, ventilação, etc”, são algumas das palavras do decano da arquitectura cabo-verdiana.

BIOGRAFIA

Referência incontornável na história da Arquitectura em Cabo Verde, Pedro Gregório Lopes foi o primeiro cabo-verdiano a formar-se em arquitectura. Estudou nas Escola de Belas Artes do Porto, onde se formou em 1962. De 62 a 1974 trabalhou na Câmara Municipal da Praia. Depois da independência e até 1981 foi funcionário no Ministério das Obras Públicas. Nesse ano instituiu escritório próprio. Entre as suas primeiras obras destacam-se o Lar de estudantes, Edifício Galerias Praia, Pracinha da Escola Grande (Praia), Lar das irmãs Amor de Deus (ASA – Praia), Centro escolar de Santa Catarina. Muitas outras obras se seguiram sempre pautadas por um saber fazer arquitectura que inspirou vários arquitecto mais jovens. Foi vencedor do PNA 2007 com a obra Banco BCA, na cidade do Porto Inglês, ilha do Maio.

Dignificar a profissão sem esquecer a ética são algumas das palavras mais usadas pelos vencedores das edições anteriores. Pedro Gregório Lopes e Fernando Maurício dos Santos são unânimes quando dizem que muito há ainda por fazer.

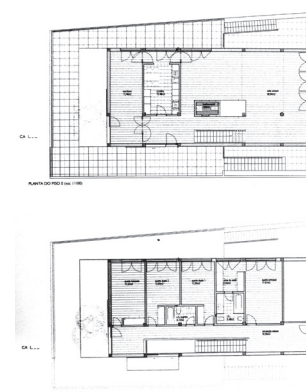
MENÇÕES HONROSAS PNA 2007



Morada H2O
Cidadela - Cidade da Praia
Arquitecto: Luis Filipe Lopes da Silva



Morada Unifamiliar - Edna Mascarenhas - P
Palmarejo - Cidade da Praia
Arquitecto: Job Amado

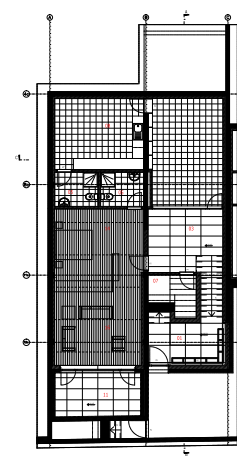


Morada AF
Prainha - Cidade da Praia
Arquitecto: César Rolando Freitas (Coordenador).

PNA 2011 – 1º PRÉMIO

FERNANDO MAURÍCIO
DOS SANTOS

“Ganhar um PNA trouxe-me
mais responsabilidade”



Condomínio fechado ASA, Achada Santo António - Praia - Santiago, Arquitecto: Fernando M. dos Santos

“Foi com 15 anos que decidi ser arquitecto”, começa por explicar Fernando Maurício dos Santos, vencedor da segunda edição dos PNA.

Chamar a atenção sobre o trabalho de um arquitecto e não vê-lo apenas como “um assinador” de projectos é também um dos factores de relevância desta distinção, explica o profissional, formado em Coimbra, Portugal, que não esquece a importância de ter no seu curriculum, um PNA.

“Teve muita importância ganhar um prémio na minha segunda obra. Era ainda um jovem arquitecto e isso trouxe-me mais responsabilidade” acrescenta Maurício dos Santos, que neste momento está a construir a sede da Ímpar no Plateau. O arquitecto não descarta a ideia de voltar a concorrer à próxima edição, independentemente do projecto que estiver pronto na altura, refutando a velha máxima de que só se é arquitecto depois dos 40 anos.

Ter coragem para se candidatar, continua a dizer, é a grande diferença entre ele e muitos dos seus colegas de profissão a quem reconhece obra feita e a sua importância no panorama arquitectónico do país. “Essa geração anterior à minha, dos anos 80, que dominava o mercado não concorreu. É preciso ser exemplar, mesmo fazendo pouco, mas com qualidade. Não acreditar, como antigamente, em que se pensava que a arquitectura era um meio para ganhar dinheiro, mudar a qualidade de vida. A arquitectura como arte dá para sobreviver e acho que o maior prazer é ver a obra feita”, explica Maurício dos Santos que, entre as suas referências, destaca nomes como Adolph Loos, Mies van der Rohe, Le Corbusier, Alvar Aalto e o português Siza Vieira.

Planeamento é a palavra-chave para este arquitecto que defende que é preciso mostrar à sociedade a importância destes profissionais nos projectos arquitectónicos. “É preciso pensar toda a dimensão da casa desde do início, da percepção, da quantia que o cliente coloca à disposição do arquitecto. É um desafio fazer uma casa, definir os espaços, os materiais. Percebe-se a diferença quando é um arquitecto a assinar um projecto ou se é uma auto-construção”, explica.

“É fundamental também passar a mensagem entre a nossa classe profissional do que é a ética. Temos que fazer as coisas como deve ser, mesmo que isso possa custar-nos muita coisa e a arte tem essa dimensão do sofrimento. Podemos não ter grandes benefícios ou qualidade de vida mas é preciso ter essa ideia do fazer como deve ser. Assinar cinquenta projectos não é justo, é uma questão de pura ganância” explica o vencedor da segunda edição dos PNA, que recebeu em 2011 o prémio pelas mãos do Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca.

Apesar de admitir não ser fácil trabalhar num país com poucos recursos financeiros, acaba por concluir que a tarefa tem sido levada a bom porto e volta a destacar a necessidade do amor à camisola e sobretudo a ética no trabalho.

O vencedor da edição de 2011 acabou por encontrar, como júri da última edição dos PNA, um antigo professor, o arquitecto português, Gonçalo Byrne. “Foi interessante, por um lado havia muito tempo que não o via, por outro lado também foi muita responsabilidade. Ele ficou muito contente quando descobriu que nos três finalistas havia dois antigos alunos, acho que sentiu o dever cumprido”.

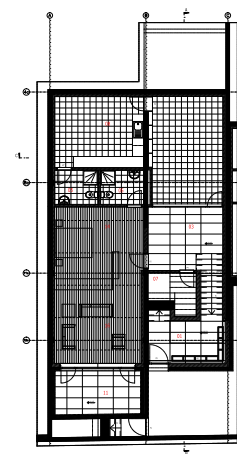
BIOGRAFIA

Nascido em Cabo Verde a 21 de Julho de 1975, pouco dias depois da independência, desde muito novo soube que queria ser arquitecto. Formou-se em Coimbra, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias Universidade de Coimbra - FCTUC. Em Portugal, trabalhou no atelier Vasco da Cunha - Arquitectura e Planeamento Urbanístico, Lda, (em Coimbra), onde colaborou em vários projectos de licenciamento e execução. Já de regresso a Cabo Verde, foi coordenador de vários projectos e planos: Trabalha no Gabinete de Estudos, Gestão de Projectos e Consultoria – Loid Engenharia SA. Coordenador em vários projectos e planos: Em 2011 vence o PNA, com o projecto Condomínio Achada Santo António, na Cidade da Praia.

PNA 2011 – 1º PRÉMIO

FERNANDO MAURÍCIO
DOS SANTOS

“Ganhar um PNA trouxe-me
mais responsabilidade”



Condomínio fechado ASA, Achada Santo António - Praia - Santiago, Arquitecto: Fernando M. dos Santos

“Foi com 15 anos que decidi ser arquitecto”, começa por explicar Fernando Maurício dos Santos, vencedor da segunda edição dos PNA.

Chamar a atenção sobre o trabalho de um arquitecto e não vê-lo apenas como “um assinador” de projectos é também um dos factores de relevância desta distinção, explica o profissional, formado em Coimbra, Portugal, que não esquece a importância de ter no seu curriculum, um PNA.

“Teve muita importância ganhar um prémio na minha segunda obra. Era ainda um jovem arquitecto e isso trouxe-me mais responsabilidade” acrescenta Maurício dos Santos, que neste momento está a construir a sede da Ímpar no Plateau. O arquitecto não descarta a ideia de voltar a concorrer à próxima edição, independentemente do projecto que estiver pronto na altura, refutando a velha máxima de que só se é arquitecto depois dos 40 anos.

Ter coragem para se candidatar, continua a dizer, é a grande diferença entre ele e muitos dos seus colegas de profissão a quem reconhece obra feita e a sua importância no panorama arquitectónico do país. “Essa geração anterior à minha, dos anos 80, que dominava o mercado não concorreu. É preciso ser exemplar, mesmo fazendo pouco, mas com qualidade. Não acreditar, como antigamente, em que se pensava que a arquitectura era um meio para ganhar dinheiro, mudar a qualidade de vida. A arquitectura como arte dá para sobreviver e acho que o maior prazer é ver a obra feita”, explica Maurício dos Santos que, entre as suas referências, destaca nomes como Adolph Loos, Mies van der Rohe, Le Corbusier, Alvar Aalto e o português Siza Vieira.

Planeamento é a palavra-chave para este arquitecto que defende que é preciso mostrar à sociedade a importância destes profissionais nos projectos arquitectónicos. “É preciso pensar toda a dimensão da casa desde do início, da percepção, da quantia que o cliente coloca à disposição do arquitecto. É um desafio fazer uma casa, definir os espaços, os materiais. Percebe-se a diferença quando é um arquitecto a assinar um projecto ou se é uma auto-construção”, explica.

“É fundamental também passar a mensagem entre a nossa classe profissional do que é a ética. Temos que fazer as coisas como deve ser, mesmo que isso possa custar-nos muita coisa e a arte tem essa dimensão do sofrimento. Podemos não ter grandes benefícios ou qualidade de vida mas é preciso ter essa ideia do fazer como deve ser. Assinar cinquenta projectos não é justo, é uma questão de pura ganância” explica o vencedor da segunda edição dos PNA, que recebeu em 2011 o prémio pelas mãos do Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca.

Apesar de admitir não ser fácil trabalhar num país com poucos recursos financeiros, acaba por concluir que a tarefa tem sido levada a bom porto e volta a destacar a necessidade do amor à camisola e sobretudo a ética no trabalho.

O vencedor da edição de 2011 acabou por encontrar, como júri da última edição dos PNA, um antigo professor, o arquitecto português, Gonçalo Byrne. “Foi interessante, por um lado havia muito tempo que não o via, por outro lado também foi muita responsabilidade. Ele ficou muito contente quando descobriu que nos três finalistas havia dois antigos alunos, acho que sentiu o dever cumprido”.

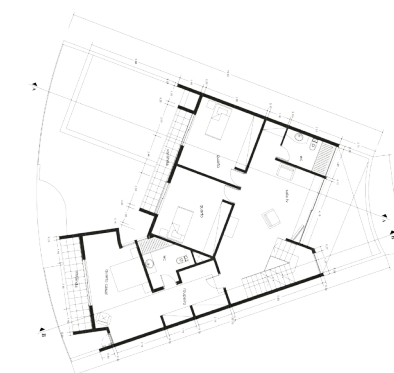
BIOGRAFIA

Nascido em Cabo Verde a 21 de Julho de 1975, pouco dias depois da independência, desde muito novo soube que queria ser arquitecto. Formou-se em Coimbra, pela Faculdade de Ciências e Tecnologias Universidade de Coimbra - FCTUC. Em Portugal, trabalhou no atelier Vasco da Cunha - Arquitectura e Planeamento Urbanístico, Lda, (em Coimbra), onde colaborou em vários projectos de licenciamento e execução. Já de regresso a Cabo Verde, foi coordenador de vários projectos e planos: Trabalha no Gabinete de Estudos, Gestão de Projectos e Consultoria - Loid Engenharia SA. Coordenador em vários projectos e planos: Em 2011 vence o PNA, com o projecto Condomínio Achada Santo António, na Cidade da Praia.

MENÇÕES HONROSAS 2011



Sede Paços Concelho do Município
Pedra Badejo - Santa Cruz
Arquitecto: Ulisses Cruz



Moradia CL
Palmarejo - Cidade da Praia
Arquitecto: Luis Filipe Lopes da Silva



Sede ENACOL
Sal Rei - Boavista
Arquitecto: Giordano Bruno Duarte





OAC/UAA

O Presidente do Conselho Directivo da OAC, arq. César Freitas, participou no final do ano passado em Abidjan (Costa do Marfim), na reunião do Conselho da União Africana dos Arquitectos (UAA). Esta foi a primeira participação da OAC na AG da UAA, organização a que aderiu em Setembro último, tendo sido oficialmente apresentada enquanto novo membro.

O encontro de Abidjan teve como ponto forte da agenda a avaliação das relações da UAA com instituições do continente e a definição das melhores opções e estratégias a adoptar em prol dos interesses dos países-membros.

Com a UAA a OAC pretende criar uma relação de forte parceria com vista a internacionalização do mercado de trabalho dos arquitectos da região e focou ainda a capacitação da classe através de programas de formação contínua.

A União Africana de Arquitectos, criada em 1981, congrega organizações de cerca de quarenta países, representando aproximadamente 35.000 arquitectos

OAC/CIDLOT

O Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento do Território (CIDLOT) da Uni-CV prossegue este ano com o ciclo de conferências internacionais *Cidades e Globalização: Perspectivas a partir do Sul Global*.

Esta é a terceira edição do ciclo e o terceiro ano da parceria da OAC na realização deste evento que procura, no presente ano, a sua consolidação e afirmação. À semelhança das duas primeiras edições, serão mais de 30 investigadores nacionais e internacionais de sólida trajetória investigativa sobre cidades, território, produção do espaço, deslocamentos, fronteiras, mapeamentos e arquitectura.

A parceria OAC/CIDLOT avança também em outros domínios, com a OAC a contribuir para a aprovação da candidatura do CIDLOT a um financiamento da EU para um projecto conjunto de investigação no âmbito do programa “*Cooperação Científica e Tecnológica da Rede UNAMUNO no Eixo Atlântico com Cabo Verde*”.

OAC/CIALP/CIHEL

A OAC, representada pelo bastonário, arq. César Freitas, e pelo vice-presidente do Conselho Directivo Nacional, participaram recentemente em Lisboa numa série de actividades do Conselho Internacional de Architectos de Língua Portuguesa que coincidiram com a realização do segundo Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono (CIHEL).

Para além da reunião da Direcção do CIALP, do qual o bastonário da OAC é Secretário-geral, os architectos lusófonos estiveram reunidos em Assembleia Geral daquele organismo e num fórum que se debruçou sobre “*Enquadramento da Prática Profissional nos Países de Língua Oficial Portuguesa*”.

O CIALP, criado em 1990, formalizou recentemente a sua candidatura a membro observador consultivo da CPLP e assinou também um memorando de entendimento com a UAA.

Colado às reuniões do CIALP, aconteceu a segunda edição do CIHEL, um evento de grande envergadura que reuniu no Centro de Congressos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) de Portugal, um conjunto alargado de congressistas dos nove países lusófonos e um importante leque de conferencistas, empresários e responsáveis institucionais. O objectivo genérico era de divulgação e discussão de conhecimentos, e também de se constituir um fórum transnacional e falado em português, dirigido para a construção de laços de cooperação técnica e económica na respetiva grande área temática

OAC/CEREEC

O A promoção da Eficiência Energética (EE) nas construções tem sido o mote de encontros que, desde o ao passado, a OAC vem mantendo com o Centro Regional para Energias Renováveis e Eficiência Energética (CEREEC).

O CEREEC é o responsável pela implementação de um projeto denominado SEA-WA que se destina a apoiar a implementação de medidas de EE na região da CEDEAO e tem como objectivo prático a superação de obstáculos de ordem técnica, financeira, social, jurídica, e outros que dificultam a implementação de EE nos Estados membros da CEDEAO.

A OAC, à margem dos subsídios que prestou, manifestou ao CEREEC o interesse na participação e organização de acções de formação para a classe sobre a matéria, sendo que já há um trabalho de sensibilização que vem sendo feito como foi o caso, por exemplo, da formação sobre Construção Sustentável, ou a promoção do manual Arquitectura Sustentável em Cabo Verde em parceria com a M-EIA.

Também a Casa da Arquitectura (ver pág. ??) reflecte a preocupação da OAC com a questão da Eficiência Energética e o CEREEC pode vir a tornar-se num dos parceiros para a concretização deste projecto.



**CASA
DA
ARQUI
TECTURA**

O ESPAÇO DA ARQUITECTURA, EM CABO VERDE

CONVERSA COM O ARQUITECTO CARLOS ÉVORA, VICE-PRESIDENTE DA OAC

É um dos principais projectos da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde (OAC). Um conceito ambicioso, que será experiência viva do fazer-arquitectura com sustentabilidade e em defesa da identidade e cultura cabo-verdianas. Mais do que sede definitiva da OAC, o projecto CASA DA ARQUITECTURA é um espaço aberto à sociedade, lugar de dinamização e ponto de convergência dos agentes de produção cultural, a diversos níveis. O projecto está delineado e os espaços já foram identificados. Falta apenas o aval das entidades responsáveis para o projecto avançar.

Os arquitectos da OAC não escondem o entusiasmo quando falam deste projecto, que acarinhos como uma das suas prioridades. A CASA DA ARQUITECTURA, que vai albergar de forma definitiva os serviços da Ordem, é muito mais do que um mero espaço administrativo. Pretende-se que seja um espaço de incubação de ideias e encontro não só entre associados e outros intervenientes no processo de fazer arquitectura, mas de confluência entre estes e a sociedade civil.

Será um “espaço de todos”, nas palavras de Carlos Évora, vice-presidente da OAC, que irá acolher diferentes eventos, ligados à promoção da arquitectura e temas afins, nomeadamente o urbanismo, a sustentabilidade e a cultura.

Há já um programa definido, que foi apresentado às entidades parceiras e que contempla essas actividades dinamizadoras para a própria classe e para a sociedade em geral.

A CASA será, pois, um lugar dedicado a uma miríade de eventos, de formações e workshops a exposições e debates, passado por encontros internacionais, promovidos pela Ordem ou por terceiros.

De modo a poder acolher todas as iniciativas previstas, a CASA da Arquitectura alberga, além do espaço para a sede da OAC, uma sala polivalente destinada às diferentes actividades culturais – palestras, exposições, debates, etc -, uma biblioteca especializada e um bar.

Valorizar o património

O edifício da CASA da ARQUITECTURA deverá reunir uma série de características que traduzam a ideia que se pretende para este projecto (ver caixa) e possam albergar o programa previsto pela OAC.

Pretende-se que o edifício seja uma referência arquitectónica no panorama nacional e, por isso, que tenha um reconhecido valor patrimonial. Daí a escolha de um edifício localizado numa zona histórica, permitindo a reabilitação e a dinamização urbanística sustentável da área envolvente.

Foi já identificado um edifício que corresponde a todos os desígnios deste grande projecto da OAC.

Situa-se no coração da cidade da Praia, o Plateau, e graças à sua localização contem um potencial de dinamização que poderá, de facto influenciar, a requalificação do sítio histórico, assim como impulsionar a própria economia local.

O intuito é, no fundo, mostrar como é que a “arquitectura e o urbanismo podem contribuir para o incremento da economia e ancorar o desenvolvimento de um determinado local”, explicita César Freitas.

O efeito, considera o bastonário, será multiplicador. Além da promoção do turismo, o projecto vai fomentar soluções similares, com um impacto significativo na economia.



Concurso

A OAC vai lançar brevemente um concurso, aberto aos seus associados, para apresentação de uma solução arquitectónica. À partida, o briefing contem as directrizes quanto ao conceito de edifício verde pretendido (ver caixa) e o projecto de reabilitação terá de cumprir a visão impulsora da Casa da Arquitectura.

Essa ideia está bem patente nos documentos oficiais da OAC que destacam o compromisso da Ordem “em montar um projecto/programa de restauro do edifício, conforme previsto no instrumento urbanístico da Câmara Municipal da Praia que rege as intervenções no centro histórico, garantido um procedimento pedagógico para operações de restauro e reabilitação de edificações que fazem parte da memória colectiva e engrandecem o património arquitectónico”.

Para atingir os objectivos pretendidos, as soluções apresentadas deverão usar os critérios mais avançados, a nível internacional, em termos de qualidade.

Algumas pedras no caminho

A ideia do que se pretende para, e com, a CASA da ARQUITECTURA está, pois, bem definida, mas o processo não está a avançar com a rapidez desejada.

A OAC apenas solicita o espaço pois a parte de financiamento do projecto será da inteira responsabilidade da Ordem com o apoio de vários parceiros, inclusive internacionais.

Nas várias reuniões levadas a cabo, e apesar de alguma lentidão, o projecto tem sido bem acolhido pelos actores políticos e sociais já contactados.

Face à uma carga simbólica implícita neste processo, “todas as entidades estão sensíveis e convergem para o mesmo objectivo”, considera a OAC.

O projecto conta com o apoio do Presidente da República, Jorge Carlos Fonseca, que “aderiu de imediato à nossa causa”, recorda Carlos Évora.

Também o Primeiro-ministro, que recebeu em audiência, no passado mês de Novembro, o bastonário da OAC, se mostrou aberto ao projecto Casa da Arquitectura.

Uma aprovação da ideia que se vem somar à já manifestada pelo próprio ministro da Cultura, responsável pelo destino do edifício identificado, e pela UNESCO (delegação nacional?)

Tudo leva, pois, a crer que o projecto será levado a bom porto, muito em breve e, nessa altura, nascerá um novo espaço, edificado em património emblemático de Cabo Verde, um modelo para o país e para o mundo.



UM EXEMPLO DE ARQUITECTURA VERDE

Por detrás do projecto CASA DA ARQUITECTURA, está o desígnio da classe de ter uma casa de referência, que tenha reflexos na sociedade. Mas o desígnio não se queda por aí: pretende-se que seja uma ode à própria arquitectura, enquanto produto cultural e social, e “uma experiência viva daquilo que é um processo arquitectónico e que são os desafios actuais e futuros”, conforme explica Carlos Évora.

E com os olhos nesses novos desafios e tendências, o projecto tem como objectivo ser um exemplar vivo da arquitectura verde.

“Sustentabilidade energética, sustentabilidade ambiental, conforto, qualidade do espaço. Tudo isto tem de ser inerente” a este projecto, diz o vice-presidente da OAC.

Por exemplo, os recursos energéticos, hídricos e de saneamento, utilizados no edifício deverão ser os menores possíveis. Aliás, pretende-se que a energia consumida na Casa, seja totalmente produzida no edifício e, inclusive, disponibilizada para o exterior. Trata-se de uma opção que irá contribuir para colmatar, assim, o problema crónico de energia que afecta o país.

A sustentabilidade energética na arquitectura, não se consegue, pois, sem que haja uma adequação ao ambiente territorial e local.

Por isso, pretende-se ainda, segundo o bastonário da OAC César Freitas, que sejam contempladas no projecto formas de beneficiar e potencializar os recursos naturais, nomeadamente o vento – através da possibilidade de ventilação transversal – e da chuva.

“Em relação à época de chuva, dever ser uma arquitectura que utilize esse recurso, um bem escasso em Cabo Verde, e que permita que a sua drenagem possa ser feita pelo subterrâneo, garantindo a continuidade desse recurso, também no subsolo”, explica o bastonário.

Um pé direito alto, para que o ar quente suba e uma cobertura ventilada que faça a extracção do ar viciado pela cobertura, são outras características que se desejam imputar ao edifício da CASA DA ARQUITECTURA.

Além dos factores bioclimáticos, o edifício deve conter um factor cultural que leve as pessoas identificarem-se com a solução.

NUMEROS OAC

TOTAL ARQUITECTOS: 172

HOMENS 125

MULHERES 47

ARQUITECTOS
ESTRANGEIROS INSCRITOS: 15

TOTAL DE PROJECTOS DE ARQUITECTURA
APROVADOS PELA CM SÃO VICENTE EM 2012: 470

TOTAL DE PROJECTOS DE ARQUITECTURA
APROVADOS PELA CM DA BOA VISTA EM 2012: 21

ESTUDANTES DO CURSO DE ARQUITECTURA
DA JEAN PIAGET: +300

Nº DE FOGOS DO CASA PARA TODOS
NA ILHA DO SAL: 1000

Nº DE FOGOS DO CASA PARA TODOS EM
SANTA CATARINA DE SANTIAGO 625



ALGUMAS OBRAS REALIZADAS

Criada em 2007, a Empresa Vidral CV, Vidros, Alumínio e Plásticos, pertencente ao GRUPO CRISTALERIA LANZAROTE é uma empresa que nasceu com o intuito de marcar a diferença na busca incessante pela qualidade, inovação e satisfação do cliente.

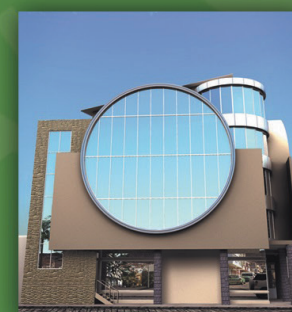
Especialmente orientada para o mercado de caixilharia de alumínio, vidros e plástico, que é preparado especificamente para o mercado Caboverdiano (a lacagem, anodizagem, tratamento da ferragem, etc), contamos hoje com a confiança inequívoca dos nossos clientes, os quais fazemos questão em acompanhar na sua evolução, procurando sempre inovar ao criar e desenvolver soluções para fazer face às suas necessidades. Para responder a estas situações, encurtamos espaços de desenvolvimento, fazemos um melhor serviço e aproveitamos as oportunidades de negócio. A Vidral CV, Lda conta com uma equipa jovem e dinâmica, constituída por profissionais especializados, aptos a rentabilizar e desenvolver a sua criatividade e técnica nos mais variados projectos e assim converter a experiência e ideias em inovação.



Vila Verde



Clínica Moniz



Misto Consfer



Vivenda



TORNÁMOS REALIDADE O SEU SONHO



tendências

vidro nas fachadas

CONSTRUIR SEGUNDO O MEIO E OS MEIOS

Um olhar pelos edifícios mais recentes, construídos nos principais centros urbanos de Cabo Verde, revela a tendência global para o uso de grandes vidros nas fachadas. Tendo em conta as condições climáticas do país, esta opção arquitectónica traz fortes implicações a nível de eficiência energética, caso o vidro e a orientação escolhidos não sejam os adequados. A tónica põe-se na análise das características do local e nos recursos disponíveis para a construção e manutenção dos edifícios.



“A escolha de um material coloca as questões da sua pertinência, do preço da construção, da manutenção, assim como do uso do edifício, pois constrói-se segundo os meios e o meio”. A análise é do arquitecto Job Amado, que discrimina as considerações a ter em conta quando se opta por uma tendência.

Neste caso, se por um lado, as janelas, e portanto o uso do vidro, são parte fundamental de uma construção pois permitem a entrada de luz natural, por outro, as superfícies envidraçadas, em climas como o de Cabo Verde, podem levar ao sobreaquecimento do edifício, obrigando a um dispêndio adicional de energia em mecanismos de climatização.

Por isso, o uso de extensas superfícies de vidro expostas ao sol, “não é uma solução adequada para Cabo Verde porque faz incorrer num custo energético que não é compatível com a disponibilidade dos recursos”, avalia César Freitas, bastonário da Ordem dos Arquitectos de Cabo Verde (OAC).

Ibrahim Soumaila, perito em Eficiência Energética do Centro Regional da CEDEAO para Energias Renováveis e Eficiência Energética (ECREEE) considera, por seu lado, que a opção por superfícies de vidro deve assentar acima de tudo num compromisso “entre a construção bioclimática e a utilização do vidro”, e salienta a eventual utilização ineficiente de energia “se os vidros não estiverem convenientemente localizados.”

De acordo com Job Amado, a primeira condição para a boa utilização do vidro nas nossas latitudes é a sua protecção. Existem vários dispositivos para a protecção e dispositivos arquitecturais de sombreamento que devem ser analisados segundo a orientação das superfícies envidraçadas.

“Sobre esse aspecto convém salientar que, em Cabo Verde, uma superfície orientada a Norte recebe radiação solar directa entre o início do mês de Abril e fim do mês de Agosto, que são os meses mais quentes. Mas a orientação a Norte ou a Sul facilita a protecção. Hoje, com recurso à informática ou com simples diagramas, pode-se facilmente fazer simulações na fase do projecto”, explica.

Seja como for, “a auditoria energética é sempre necessária para tomar uma decisão final,” defende Ibrahim Soumaila.

Centrando a questão especificamente no produto, o director-comercial da Vidral (empresa dedicada à manufactura de vidro e carpintaria de alumínio), realça que há vidros preparados para evitar a entrada de radiações. São vidros com isolamento térmico que impedem a entrada de cerca de 80% do calor. “É tão eficiente como o tijolo”, compara Luís Brazão.

Pela sua experiência, a troca de vidros comuns por vidros com isolamento térmico permite uma diminuição de cerca de 75% no gasto energético.

A resposta estaria pois em usar o vidro adequado para cada lugar. O problema surge quando se segue a via mais barata na construção - já que estes vidros térmicos são bastante mais caros - o que leva futuramente a custos elevados no ar condicionado.

Além das questões a nível de eficiência energética, outros problemas se colocam quando o assunto é vidro. Em Cabo Verde, onde desde 2009 se nota um aumento da demanda de vidros de grandes dimensões, não existe ainda uma legislação específica e continuam a existir uma série de permissividades nas normas de construção, que chegam a pôr em perigo a segurança e a vida das pessoas, devido à adopção de vidros inadequados.

Assim, apesar da vertente estética desta opção que, como refere Job Amado, proporciona a “desmaterialização do edifício”, há vários factores que um arquitecto deve ter em conta quando concebe o seu projecto “de vidro”. Porque o essencial é saber em que meio se está a construir e com que meios.

debate

DÉFICE HABITACIONAL

EM CABO VERDE:

QUE SOLUÇÕES?

O défice habitacional em Cabo Verde materializa-se em condições de vida precárias que desfiguram o ambiente e a qualidade de vida. Que vantagens e desafios se apresentam em termos de vulnerabilidade? Os Arquitectos do Espaço e Ramos respondem:

1. A seu ver, que são as principais causas do défice habitacional em Cabo Verde?
2. Qual o seu papel na resolução de problemas habitacionais avançadas?
3. Que (outras) soluções são possíveis?



acrescentado em Cabo Verde é elevado e essa carência
se na multiplicação de bairros informais, que
o perfil paisagístico das cidades e condicionam a
vida das populações. Como chegamos a este ponto?
ns trazem as soluções apontadas e quais as suas
des? Como resolver esta problemática?
s Rafael Fernandes, Andreia Moassab e J. Aureliano D.
ndem a estas questões.
o que está na origem dessa problemática?
ponto de vista sobre as respostas que têm sido
s) soluções apontaria?

*RAFAEL FERNANDES

1. Nós Homens fazemos parte do complexo sistema que é a Natureza. Uma das condições necessárias e exigência do ser humano é Habitar, ter um tecto, um abrigo, um espaço de viver, morar, em suma: ter um “casulo”.

Direito à habitação condigna é um princípio consagrado à escala global.

Normalmente procuramos pela via normal a resolução de todos os nossos problemas, mormente o da Habitação. Se existirem “estrangulamentos” e a oferta não responder à demanda da procura, registamos naturalmente desequilíbrios.

O caso da Cidade da Praia é um exemplo onde a oferta não foi programada para aproveitar a oportunidade da demanda da procura, resultando na situação actual. Em 40 anos Praia recebeu mais de 100 mil habitantes, representando cerca de 20 a 30 mil famílias, 25 mil pessoas (~5 a 8 mil famílias) por década, 2.500 pessoas (~500 a 800 famílias) por ano.

Bastaria um pequeno esforço inicial de programação prévia (Planeamento!) para que todas as entidades públicas e privadas soubessem criar sinergias, visando a optimização dos recursos gerados pela oportunidade de investimento (economia gerada localmente, sem necessidade de ajuda internacional) na criação/produção de ~25 mil fogos (alojamentos) nos 40 anos, correspondente a ~6.250 mil alojamentos por década, e ~ 625 alojamentos por ano.

Em termos de investimento, se considerarmos o custo médio de construção 2.500 contos por cada alojamento, 25 mil alojamentos representam 62,5 milhões de contos em 40 anos, ~15,6 milhões de contos por década, 1,5 milhões de contos por ano. Isso só o custo de construção estimado por baixo, sem margem de lucro dos investimentos.

A tendência é para continuarmos a crescer e o desafio que temos pela frente é programarmos o futuro e resolver as situações acumuladas do passado.

O modelo de cidade e de crescimento que temos representa não só o que é visível a todos, mas sobretudo uma oportunidade perdida para um bom investimento, minimamente planeado e com os recursos/economia local bem aplicados, representando um nível mais elevado e efectivo de urbanização, de infra-estruturação e de qualidade urbana e ambiental.

Isso tudo para dizer que a origem do problema está na nossa capacidade de sabermos ler/interpretar o futuro e antecipar os obstáculos e dificuldades, visando a resolução dos problemas.

Complementarmente, devemos enquadrar o fenómeno dentro da realidade dos países menos desenvolvidos, que passaram pelo processo da descolonização, rápido crescimento populacional, êxodo rural, associado a uma falta de cultura e respeito pelas normas urbanísticas, pelo direito e defesa da propriedade privada, característico nas sociedades onde a informalidade e extralegalidade representam um peso significativo na economia.

2. Infelizmente as respostas que nos chamam mais a atenção são as repressivas, de situações extremas, envolvendo as demolições, com tudo o que isso representa em termos sensacionalismo de informação.

No sentido de resolver os déficits habitacionais gerados e como forma de “compensar” a ausência de política de habitação, os municípios adotaram o mecanismo “low cost” de Aforamento que é um instrumento legal para aligeirar o esforço financeiro de aquisição dos terrenos para construção. Tal traduziu-se na prática em aspectos positivos e negativos. Se por um lado ajudou a resolver o problema de habitação de muitas pessoas, por outro, foi e continua a ser utilizado como expediente de especulação fundiária, deixando enormes vazios na Cidade e ajudando a criar a falsa ideia de pertença de propriedade “intransmissível” e “ad eternum”, quando na realidade se trata de um contrato de usufruto do terreno para a construção, dentro de um prazo estipulado, findo o qual o terreno pode ser revertido de novo a favor do município, caso não se tenha feito o aproveitamento urbanístico através da construção acabada.

Por ser uma solução de baixo custo, não houve discriminação em função dos rendimentos, fazendo com que todos paguem o mesmo valor de aforamento. Devido igualmente ao baixo valor, naturalmente o município teve e continua a ter grandes dificuldades nas obras de infraestruturação, fazendo com que se verifique obras de urbanização em vários bairros com planeamento prévio, dando a impressão de se tratar de construções clandestinas.

Verificou-se e verifica-se actualmente à ocupação clandestina dos terrenos cedidos em regime de aforamento, onde os usufrutuários não chegaram a efectuar o aproveitamento urbanístico, o que leva por sua vez a pedidos de compensação e de permuta de lotes de construção para outra área não ocupada.

Com toda essa teia de complexidade que envolve a nossa gestão urbanística, pessoalmente vejo o fenómeno como sendo o nosso período Medieval de ocupação do território, com tudo de bom e de mau. A ocupação medieval representa a malha orgânica em termos de forma dos assentamentos, em contraponto como o modelo geométrico clássico de malha reticulada, sóbrio e racional inerente à disciplina do urbanismo.

A forma como ocupamos o território é o reflexo da nossa própria sociedade. Construimos, materializando o que somos e ambicionamos ser ou ter. Trata-se do reflexo natural das nossas relações sociais, económicas, culturais, religiosas, etc.

Como positivista que sou, defendo que temos de tirar proveito do que temos e melhorá-lo até onde for possível. Se hoje uma situação é considerada má, a tendência terá necessariamente de apontar para a sua melhoria. Quantas situações foram más no passado e hoje foram melhoradas ou estão melhores!?

Nós próprios. Antes andávamos descalços. Hoje temos sapatos. As nossas estradas, idem!?! Antes eram de terra bufa bufa (terra batida). Hoje já estão calcetadas e já reclamamos asfalto. As nossas casas, idem!?! Antes tinham cobertura de palha, não tinham instalações sanitárias, tinha o chão de terra ou apenas de cimento, tinha pouca ventilação, salubridade e higiene. Hoje já temos casas de banho com banheiras de hidromassagem, revestimentos em pedra talhada, mosaico, aumento do número de pisos, etc.

Temos de ter espírito positivo e acreditar na evolução das coisas. Os bairros precisam de requalificação, infraestruturaração, de equipamentos, de ruas calcetadas. São esses os pequenos e grandes ganhos que vão sendo conquistados, que ditam o futuro das nossas Urbes.

Outra questão pertinente é a Regularização Fundiária das construções. Todos têm de estar no sistema. Tem de haver programas de regularização fundiária das construções. Temos de estancar o fenómeno de crescimento desordenado, criando alternativas de suporte ao crescimento natural da população e resolvendo os desequilíbrios existentes.

Precisamos de campanhas de educação, de sensibilização e de Cidadania. Todos temos de conhecer as regras de jogo. Temos de ter consciência o que significa ter propriedade, ser possuidor de bens, quais as vantagens e desvantagens entre ser proprietário ou simples arrendatário.

Não podemos perverter e inverter os papéis. Infelizmente na nossa sociedade existe uma tendência generalizada de deixar que a prática acabe por ditar as regras do jogo e sermos confrontados pelo facto consumado, em contraponto com todas as normas legais em vigor, gerando “disfunções” várias.

Todos querem ter um terreno para construir. Muitos utilizam o expediente da alegada necessidade de terreno, para gerar situações de especulação fundiária. As pessoas precisam de habitação, de casa para morar e não de terreno para especular e realizar negócios. Temos de consciencializar que nem todos têm de morar numa vivenda. Temos de assumir e encarar com naturalidade a possibilidade de vivermos em apartamentos.

Queremos ser proprietários, na premissa de fugir da renda da casa alugada e aproveitamos para fugir de todos os outros compromissos inerentes à





condição de proprietário, como são os impostos sobre o património.

Urge mudança de mentalidade sobre vários (pre)conceitos à volta da necessidade dos terrenos, da moradia unifamiliar, da casa própria -vs- arrendada, etc. Não podemos todos ser proprietários. Ser proprietário também acarreta custos que têm de ser assumidos. Não podemos ser proprietários e “arrendatários sem renda” ao mesmo tempo.

3. Temos muito ainda por fazer, a começar por campanhas de sensibilização para mudança de atitude, comportamento, premissa, mentalidade, em suma de Cidadania territorial, desde questões mais básicas e essenciais, às mais complexas. É preciso desmistificar que habitação condigna referida na Constituição, não pode, nem deve ser confundida com direito a terreno para construir.

Como disse anteriormente, as acções têm de ser concentradas para:

1. Estancar o fenómeno do crescimento espontâneo, chamando para essa luta todas as forças vivas da sociedade. Torna-se in comportável esse modelo de crescimento;
2. Programar o crescimento natural para os próximos anos, com base nas projecções demográficas, visando oferecer o número de suficiente de alojamentos para albergar o aumento populacional
3. Criar Programas de Requalificação Urbana e Ambiental dos bairros actualmente existentes.
4. Corrigir a rota, normalizando e simplificando procedimentos com objectivos claros de Modernização dos serviços via adopção e massificação das novas tecnologias e internet, que ajudam a depurar e a tornar mais transparente muitas anomalias e não conformidades.

Promoção Pública, Promoção Cooperativa, Promoção Empresarial e Promoção Individual;

- Criação de Linhas de Financiamento específicas para o Sector Habitacional;

- Criação de um Fundo de Apoio à Habitação Subsidiada.

*Rafael Fernandes é arquiteto e varedor da Câmara Municipal da Praia.

*ANDREA MOASSAB

1. Não considero haver relação direta entre “bairros informais” e “desfiguração do perfil paisagístico”. O que seria uma “figuração” do perfil paisagístico (em oposição à desfiguração)? Qual a distinção entre bairros formais e informais? Julgo que a distinção que se faz atualmente, cujo reflexo é um vocabulário diacrónico (e anacrónico), tem sua origem na época do designado Renascimento Europeu, (há cerca de 500 anos) com as obras literárias (inauguradas pela “Utopia” de Tomas More) e urbanísticas: obras essas que estimularam a construção de imaginários sobre a noção de cidade “ideal”. Em absoluto rigor, as cidades ideais, na verdade, nunca existiram, nem mesmo na Europa, onde esse paradigma foi construído. Cabe a nós, arquitetos do século XXI, conseguir romper e superar com a opressão racional que nos é imposta a partir da herança do binarismo ocidentalocêntrico que, por conseguinte, cria uma visão do mundo e das sociedades com base na dualidade irreductível entre bem/mal e seus correlatos espaciais: regular/irregular, ordem/desordem, legal/ilegal etc.

Qualquer estatístico sabe que se o “desvio” na curva acomete a maior parte da amostra, o problema não está nos desviantes, mas na formulação da questão. Continuar planejando cidades sob o modelo de enquadrá-las nesta racionalidade está fadado ao insucesso. Isto é válido tanto para as cidades africanas, latino-americanas, asiáticas quanto europeias e estadunidenses.

As casas elegantes em locais mais “nobres” das cidades, igualmente podem ser enquadradas como irregulares/ilegais. Basta aplicarmos a lei com rigor e verificaremos que nem todos os proprietários têm os títulos dos terrenos, que nem todas as construções foram legalizadas, ou ainda que muitas tiveram licença para dois andares e construíram cinco, e assim por diante. Por exemplo, na cidade da Praia, como é que se pode permitir a venda de lotes para construção de habitação em espaços sem iluminação pública, sem abastecimento de água, com inadequações no sistema viário, com a ocupação de áreas de lazer por lotes privados, como é o caso da Cidadela? Existe uma real diferença (nos termos legais/ilegais e correlatos) entre

Cidadela e os bairros “problemáticos”? Ou se trata apenas da capacidade econômica de seus habitantes? Lá, a relação estreita entre o poder de compra dos potenciais habitantes e as estratégias (também elas baseadas nesse poder econômico) para resolver por meio de sua própria capacidade financeira a questão da compra de água, do fornecimento de energia e de transportes, se revelam intimamente ligados: compra-se a água pelo camião-tanque, a carência de energia e de transporte são superados pelo gerador privado doméstico, assim como os potenciais riscos associados à circulação pedonal pelas ruas (pouco, mal ou não iluminadas) são, em parte, minimizados pela circulação em viaturas pessoais.

Noutros termos significa dizer que a origem desta problemática está no nascimento e evolução do conceito de “propriedade privada” e da terra com valor de troca. Ao mesmo tempo, “surtem” aqueles que a podem possuir e aqueles sem acesso e, simultaneamente, nascem e emergem as fronteiras que separam os “legais” e os “ilegais”. Vale a pena lembrar que nos países outrora colonizados, como é o caso de Cabo-Verde e do Brasil, realidades que conheço bem, o sistema colonial foi extremamente centralizador e hierárquico no que tange à propriedade da terra, criando mecanismos facilitadores para a formação de latifúndios por parte das elites administrativas. Em nenhum dos dois países, apesar das intenções associadas às políticas de reforma agrária, não se conseguiu alterar radicalmente as modalidades de redistribuição de terras, de forma a ampliar e democratizar o acesso às mesmas.

Portanto, não é possível abordar a “problemática” apenas por meio dos efeitos (dos bairros pobres nas cidades contemporâneas), sem atentar para as suas causas históricas, isto é, para os motivos historicamente estruturais que as tecem.

2. Alguns programas pontuais têm efetivamente colaborado para melhorar as condições de vida de alguns bairros da Praia, realidade cabo-verdiana com a qual trabalhei nos últimos anos, sobretudo no que diz respeito à instalação de infra-estruturas básicas (água, luz, saneamento). Todavia, o paradoxo

é que tais projetos limitam-se às obras urbanas, gerando bairros infra-estruturados com casas cujas condições de habitabilidade deixam muito a desejar (em termos construtivos ou superlotação dos espaços); desprovidas de facilidades de acesso aos serviços (nem sempre com condições de pagar por eles, já que não há, por exemplo, tarifação subsidiada e, muitas vezes, estes serviços essenciais foram privatizados).

3. Reforma urbana e, consequentemente, reforma no sistema e nas modalidades de acesso à terra capaz de garantir a igualdade de acesso a todos. Definir a função social da propriedade e priorizar a sua prevalência acima da função patrimonial. Coibir a especulação imobiliária, através de mecanismos como imposto progressivo no tempo e edificação compulsória, para citar alguns. Instituir um poder público capaz de contrabalançar os desequilíbrios históricos e mercadológicos, com base em instrumentos como a desapropriação para fins sociais e direito de preempção (preferência). Garantir e estimular a participação popular no processo de planeamento urbano, não apenas para referendar o que é decidido nos gabinetes técnicos, mas também para fazer operar uma participação real, efetiva e permanente da sociedade sobre o território. Prever e suscitar uma educação territorial e dos direitos à cidade que inclua a juventude (por exemplo, nas escolas). Considerar os desequilíbrios de gênero e as práticas sociais que lhe são conexas que também incidem no desenho do território: em Cabo Verde, por exemplo, são as mulheres que mais despendem parte do seu tempo quotidiano na busca e transporte de água e, não por acaso, constituem a faixa predominante de abandono escolar e menores salários.

Em síntese, políticas urbanas multi-setoriais: que os pelouros da habitação, infra-estrutura, juventude, gênero, emprego e cultura (em níveis locais e nacionais) tenham a capacidade de desenvolver ações conjuntas e complementares.

*Rafael Fernandes é arquiteto e vareador da Câmara Municipal da Praia.





*J. AURELIANO D. RAMOS

1. Por uma questão de método e estrutura do raciocínio, gostaria de ver a propalada questão do “Défice Habitacional” correctamente problematizada e assumida como uma questão central da “Problemática Habitacional”. Confesso desconhecer o défice habitacional em Cabo Verde e isto apesar de alguns diagnósticos produzidos em alguns “projectos” de Plano Nacional de Habitação (DGHMA, USAID, IFH, LENE, UNICV, ...) , resultados de algumas análises descritivas dos Censos 2000 e 2010 (INE)! A questão do défice em matéria de habitação terá de passar por uma “Avaliação” das Necessidades de habitação no seio da população caboverdeana, distinguindo sociologicamente os conceitos entre Carência e Procura.

Esta Avaliação terá de identificar o volume de carências em casas adequadas às pessoas nos locais onde elas pretendem viver, e pela sua qualidade, na medida que os fogos garantem exigências mínimas pré-definidas de conforto e de habitabilidade.

Contudo, as observações, mais ou menos conseguidas, revelam, em termos qualitativos, carências e desequilíbrios importantes, principalmente nos principais aglomerados populacionais, configurando nessas vastas manchas irregulares de construções precárias ou inacabadas, onde tudo falta: água potável, esgotos, electricidade, equipamentos sociais, espaços de convívio!

Na origem deste fenómeno, vários factores. Para além dos saldos demográfico e migratórios, teremos uma urbanização acelerada, desordenada, desenquadrada e macrocefalia urbana; vazio de políticas consistentes de descentralização e equilíbrio regional; inexistência de uma política de habitação definida de forma explícita e coerente, salvo algumas medidas e programas avulsos, criados e geridos ao sabor das conjunturas políticas, quando não partidárias, sem adequada preparação prévia nem a garantia dos meios para a respectiva evolução e concretização.

2. As várias “Respostas” ou tentativas de “respostas” têm constituído, quanto a nós, num painel de acções casuísticas e desadequadas às reais Necessidades, não suportadas por uma análise consistente em termos de Carências e Procura. O actual programa “Casa Para Todos” prevista como um modelo de Promoção Pública dirigida para os estratos solventes não é mais que um “Prêt à porter” importado para um manequim local a identificar ou a moldar! Não carrega dinâmica ao sector empresarial nacional, não

proporciona a criação de soluções tecnológicas alternativas. Em termos de correspondência à Procura, estamos espectantes! Em termos quantitativos será certamente uma Reserva para a Mobilidade e Mercado.

3. - A Administração Local deverá ter sempre um Peso preponderante na transformação do uso do solo, em zonas urbanas, de modo a garantir que essa transformação obedeça a uma lógica de interesse colectivo e não interesses particulares ou corporativos;

- Desenvolver, a nível municipal, Bolsas de Terreno nas zonas de desenvolvimento urbano prioritário;

- Recorrer ao processo de infraestruturização prévia das zonas de expansão urbana e cedência de solo viabilizado e urbanizado;

- Descentralização dos Programas de Habitação a nível das Autarquias, com vista à adequação das tipologias às carências locais;

- Passar imediatamente da Fase actual de Urbanismo Fundamental (ordenamento do Quadro Jurídico-Legal) para o Urbanismo Operacional (implementação dos Planos e Programas);

- Incentivar os possíveis Modelos de Promoção Habitacional: Promoção Pública, Promoção Cooperativa, Promoção Empresarial e Promoção Individual;

- Criação de Linhas de Financiamento específicas para o Sector Habitacional;

- Criação de um Fundo de Apoio à Habitação Subsidiada.

*J. Aureliano D. Ramos é arquitecto e Sociólogo.



INVESTIGAÇÃO

O CA

(Re

COMO MORA BOVERDIANO

)Conhecimento para o Desenvolvimento

ANDRÉIA MOASSAB E PATRÍCIA ANAHORY

A arquitetura é uma das ciências mais antigas da humanidade, existente desde que os homens e mulheres passaram a se abrigar das intempéries. Aos arquitectos e arquitectas cabe a responsabilidade de projectar e edificar o ambiente habitado pelo ser humano, isto é, materializar espacialmente a cultura de um povo, nos possibilitando entender muito da sua história e de seu ambiente. Neste sentido, estudar as tipologias arquitetônicas do espaço de habitar é de suma importância para uma compreensão social, espacial e territorial de uma sociedade.

O espaço de morar, em toda a sua complexidade e escala (das casas às cidades), ocupa lugar central das questões paradigmáticas desta ciência. A compreensão dos hábitos de morar nos dá pistas acerca do meio físico e da organização social: a divisão dos cômodos da casa, ao separarem, por exemplo, servos de senhores ou homens de mulheres, nos indicam a construção hierárquica de uma dada sociedade. Assim como a pedra, o barro, a madeira, os vãos (muitos ou poucos), estão em acordo com o clima e a disponibilidade de material em cada região do globo terrestre.

Os espaços de morar

A arquitetura habitacional tradicional árabe com a predominância de pátios internos, paredes largas e pouquíssimas janelas está em harmonia com o clima quente e seco, ao impedir a alta incidência dos raios solares e a entrada de ar abafado. O pátio interno, ao resfriar e humedecer o ar quente através de árvores, sombreado e fontes de água, garante que apenas ar fresco entre nas casas, mantendo um ambiente interno termicamente confortável. A casa pode ser compreendida como a tradução espacial da coreografia de relacionamentos sociais que no interior diferem das dinâmicas desenvolvidas no exterior da moradia. Elementos arquitetônicos actuam como filtros (sociais e espaciais) e regulam a transição entre o espaço público e o privado.

As casas indígenas no Brasil são construídas, maioritariamente, com material orgânico cuja deteriorização corresponde ao tempo que aquela aldeia deve permanecer em cada local. É também este material, de folhas e gravetos, o mais indicado para garantir o conforto térmico das habitações. O formato das casas, ovais ou circulares, diz respeito à plasticidade do material, que não permite ângulos retos. O círculo, ademais, está relacionado à organização social das aldeias, muitas com pátio central onde acontecem as reuniões comunitárias mais relevantes. A disposição interna das moradas obedece ao mesmo padrão da organização da aldeia: várias famílias instalam-se circularmente no interior sem divisórias das casas Yanomani e Waimiri Atroari, ambas no estado do Amazonas. Ao aprofundarmos ainda mais nossa análise sobre as moradias indígenas, outras informações podem ser extraídas: a habitação multifamiliar nos revela os laços de parentesco da aldeia. Sob o mesmo teto estão pais e filhos com suas respectivas famílias. Cada moradia é considerada uma entidade política e econômica autônoma.



1. A maior parte dos grupos indígenas no Brasil têm ciclos espaço-temporais: aldeias são abandonadas e reconstruídas em outro lugar, sazonalmente, em profundo acordo com a recuperação dos solos para a agricultura.

2. É o caso dos Panará (MT/PA); Enawene-Nawe (MT) e Kaikotore (PA).



empregada, com acesso pela área de serviço dos apartamentos. No entanto, a residência do Brasil contemporâneo não é apenas esta com os “quartos de empregada”. Os apartamentos voltados para um público jovem e urbano têm se desfeito completamente da estrutura da casa grande e senzala: a cozinha é aberta para a sala, numa evidência de que cozinhar, nos novos hábitos, passa a ser um encontro social. O dono da casa prepara os alimentos ao mesmo tempo em que recebe seus convidados. Este ambiente, no qual não há a reclusão dos empregados, aponta para uma estrutura social menos dependente de serviços. Foram necessários mais de 100 anos para iniciar tais mudanças nos hábitos de morar brasileiros, reflexo da lenta transformação nas estruturas sociais.

O que nos dizem as habitações sobre o Caboverdiano?

Há uma escassa literatura de referência sobre a moradia caboverdiana, nos impedindo de uma análise mais aprofundada e metodologicamente consistente sobre a relação arquitetura/cultura/cotidiano em Cabo Verde. Alguns estudos têm sido feitos a partir do patrimônio edificado, voltados, sobretudo, para os edifícios históricos administrativos e moradias senhoriais (os sobrados). Ainda assim, carecemos de material nesta área para uma reflexão que auxilie tanto governo quanto mercado a direcionarem suas ações para as especificidades de seu público. É fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, o conhecimento de si, para se consolidar ou se reinventar. Sem a consolidação deste conhecimento, corre-se o risco de desperdiçar energia e recursos em projectos descolados da realidade e anseios locais.

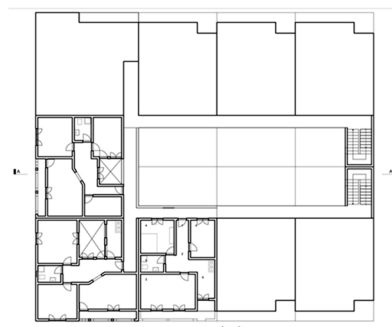
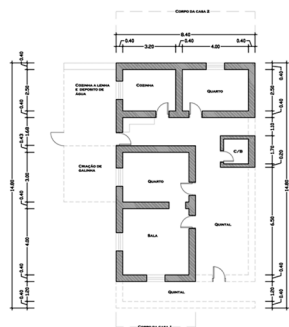
Algumas perguntas básicas necessitam urgente de respostas: como é a disposição interna da casa caboverdiana? Quais os cômodos mais e menos usados? Quais os espaços de sociabilidade e de reclusão? Como a moradia se relaciona com os espaços de vizinhança? Há diferença entre as ilhas ou concelhos, nos hábitos de morar?

É verdade que todos têm alguma resposta a partir de sua própria experiência pessoal. Contudo, a experiência de cada um não é suficiente para o embasamento científico destas respostas. Visando a preencher esta lacuna de conhecimento o Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde está realizando um levantamento da arquitectura habitacional em Cabo Verde. O objectivo

principal deste trabalho é identificar as principais tipologias arquitectónicas de função residencial no país, de modo a subsidiar as estratégias e escolhas directivas de acções nesta área, sejam de políticas públicas de habitação, sejam para o mercado da construção, para os próximos anos.

Em breves linhas é possível afirmar que com o crescimento rápido das cidades caboverdianas, com as imigrações/emigrações e, mais recentemente, com as influências e impactos do turismo em certas ilhas, começou-se a verificar mudanças radicais nos hábitos de habitar e nas tendências construtivas no país. Atualmente as disparidades económicas e sociais definidoras da sociedade são claramente espelhadas no território e nas zonas residenciais das cidades nacionais. Por meio da análise das habitações construídas tanto nos bairros de alto padrão económico como naqueles carenciados pode-se compreender o abandono de certas práticas culturais de habitar e a afirmação de outras.

A solidificação dessas desigualdades tem eliminado a comunalidade dos modos de habitar do caboverdiano, característica anteriormente definidora de espaços de sociabilidade. Os locais de convívio ao redor das residências compunham uma relação orgânica entre a habitação e as demais zonas do habitat. A transição entre o exterior e interior das casas aliada aos espaços entre os conjuntos construídos proporcionava uma dinâmica social e comunitária importante dentro e fora da habitação. Nos bairros de alto padrão econômico há uma escassez de áreas de interação entre a moradia e o espaço público. O resultado é um conjunto pouco ou nada comunitário, composto de fachadas estáticas a minar o que tecnicamente é designado por “unidades de vizinhança”. Deste modo, as fachadas perdem a função de membrana de transição entre o público e privado e adquirem um valor de ostentação. Este processo é indicador de uma sociedade em crise identitária e de valores: o ter sobrepe-se ao ser e o individual ao coletivo.



2. O **Diagnóstico da Arquitectura Habitacional em Cabo Verde** tem a coordenação de Andréia Moassab e Patrícia Anahory, contando na equipe com os arquitectos Yamila Fernandez, Nuno Lobo e Lenine Pina, e o fotógrafo Omar Camilo, além do apoio de técnicos das Câmaras Municipais.

Habitação Social (Boa Vista) desenhos arq. Nuno Lobo; fotos Omar Kamilo

Para além das disposições internas das casas, as relações de vizinhança nos contam sobre estratégias de sobrevivência, de integração ou dissimulação. As comunidades quilombolas no Brasil, com um passado ligado a escravos fugidos, guardam até os dias de hoje as técnicas de “invisibilidade” pelo território. Tanto a cor das casas (em terra) quanto a dispersão pelo território dificultam a sua localização pelos capitães do mato (antigos caçadores de escravos fugidos). Na comunidade Kalunga em Goiás, a opção pela construção em adobe (tijolo de terra crua) foi outra das inúmeras estratégias de sobrevivência. Apesar de ter muita pedra na região, preferiu-se construir com adobe tendo em vista garantir a autonomia construtiva, pois trata-se de uma técnica de fácil apreensão e sem a necessidade de mão de obra especializada. O volume ortogonal e compacto da habitação tem ligação directa com as construções de algumas regiões africanas, revelando, mesmo através dos séculos, a origem daqueles escravos. A arquitectura é também documento histórico.

Os Dogon, grupo étnico no Mali, conseguiram manter a continuidade das suas tradições. Devido ao seu isolamento geográfico foram pouco afectados por influências externas durante séculos. A cultura Dogon é caracterizada por uma mitologia e espiritualidade complexa que se traduzem directamente na organização espacial. A concepção, organização e construção do espaço estão em estreita harmonia com o sistema de valores e crenças que define a união desse povo com a natureza. Neste caso, a habitação não é concebida nem construída como um recipiente ou volume autónomo. Ao contrário, está intrinsecamente conectada aos demais espaços comunitários. A habitação, em simultâneo, reflecte e compõe relações sociais e laços familiares, sendo construída para além dos limites de suas paredes. O traçado desses limites diz respeito às diferentes fases do desenvolvimento do indivíduo em seu grupo. Os espaços construídos são tanto a origem como o resultado da tradição cultural, da coesão social e da memória colectiva.

As épocas do morar

Na Europa medieval os espaços de morar eram multifuncionais: cozinhas-se, comia-se e dormia-se no mesmo ambiente. O espaço do trabalho também compartilhava a mesma edificação residencial: as oficinas no rés-do-chão, com acesso pela rua e a habitação em cima ou atrás dela. A separação como conhecemos hoje entre a casa e o ambiente de trabalho só veio muito mais tarde com a revolução industrial e a construção das grandes plantas industriais. Foi neste período que o trabalhador foi definitivamente separado de sua habitação, bem como deixava de ser dono de suas ferramentas de produção.

Esta separação funcional foi aprofundada com o movimento moderno, que desde finais do século XIX estabelecia um novo paradigma de cidades: as cidades funcionais. Sob estes moldes (com fortes influências até os dias atuais) as cidades devem ser separadas por zonas segundo as funções: habitar, trabalhar, circular, divertir (lazer), conforme constava na Carta de Atenas, importante manifesto arquitetônico e urbanístico dos anos 1930. A casa modernista, projectada para o homem ideal em uma sociedade altamente industrializada, previa exíguos espaços privados. A máquina iria libertar o homem do trabalho e este teria mais tempo para o lazer. Neste sentido, a casa deveria ser mínima e os espaços públicos, maximizados. É verdade que o capitalismo não libertou o homem do trabalho, diminuiu os espaços de lazer (todos ocupados pelo capital imobiliário), mas manteve a casa com padrões mínimos... Mas isso já seria outro debate.

A casa do trabalhador do campo apresenta outras especificidades, diversas daquelas da cidade. Nela constam cômodos exclusivos para guardar mantimentos e animais. O acesso é feito por diversos lados e não necessariamente pela “porta da rua”, como acontece com as casas urbanas. No Brasil colonial, a Casa Grande e Senzala é a estrutura arquitectónica inspiradora para os estudos sociológicos de Gilberto Freire, a qual refletia uma sociedade profundamente seccionada: servos e senhores não transitavam pelos mesmos ambientes. Deste modo, as estruturas de serviço da casa colonial eram bem separadas dos espaços sociais e privados do senhor. Até hoje é possível observar a herança colonial na moradia brasileira quando anúncios publicitários de novos apartamentos insistem em mostrar o “quarto de empregada”, dependência minúscula para dormitório da



Casa em Pedra e Colmo (São Nicolau) desenhos arq. Yamila Fernandez; fotos Omar Kamilo

Sob este aspecto têm sido importadas concepções construtivas muitas vezes inadequadas ao clima e à cultura nacional. O estudo dessas tendências é essencial para uma compreensão de presente e projeção de futuro da sociedade, com vistas a soluções mais adequadas à equidade social. Hoje em dia as forças económicas e sociais que redesenham o território de igual modo influenciam suas tendências construtivas e hábitos de morar. Tais forças exercem uma poderosa pressão ao abandono de certas práticas e à adesão a soluções pouco adequadas ao ambiente e à coesão espacial e social. É imperativo conhecer as tradições de construção, as práticas culturais e novas tendências para orientar políticas adequadas ao país. Entendemos que a importância de um estudo desta natureza é investigar os hábitos de morar da população, com o objectivo de compreender quais os espaços de sociabilidade do cabo-verdiano, quais os espaços de privacidade e reclusão, como a moradia se relaciona com os espaços de vizinhança e como é a disposição interna das casas em Cabo Verde. Sem uma compreensão aprofundada dos modos de ocupação do espaço de moradia, corre-se o risco do insucesso de acções no sector. Há que se conhecer e se reconhecer, para desenvolver.

Diagnostico participativo: a importância do saber local

Dada a relevância e complexidade deste tipo de estudo, o Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde optou por uma metodologia participativa, com a valorização do saber local para a definição de zonas tipologicamente homogêneas, ou seja, para delimitar as tipologias habitacionais predominantes em cada Concelho. A participação conjunta da equipe técnica das Câmaras Municipais com a equipe da universidade tem sido fundamental para os bons resultados da investigação. Deste modo, foi realizada em Setembro do ano passado uma oficina preparatória, a qual se demonstrou uma oportunidade profícua para troca de informações entre investigadores, arquitectos e demais envolvidos, com vistas a um trabalho colaborativo para o primeiro levantamento nacional da arquitectura habitacional.

Até o momento já fizemos os levantamentos nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista e Maio. Ao longo deste semestre estaremos em Fogo, Brava e Santiago. Ao final do trabalho, serão cerca de 100 moradias de todo o território nacional detalhadamente catalogadas, com plantas, cortes, fachadas e delongadas entrevistas com seus moradores, a fim de solidificar uma compreensão sócio-espacial de cada habitação e de todo o conjunto tipológico. Estes dados serão cruzados com um inquérito nacional realizado pela Universidade de Cabo Verde, com mais de duas mil famílias, no qual incluímos propositadamente perguntas directamente relacionadas aos hábitos de morar. O resultado será a primeira publicação de âmbito nacional sobre a arquitectura habitacional, uma literatura de referência que certamente responderá algumas destas questões e abrirá novas hipóteses de investigação científica na área.

(Re)Conhecer para Desenvolver

Merece salientar a importância de conhecer os hábitos de um povo, seja para as empresas atenderem novos mercados emergentes como para o governo desenhar suas políticas habitacionais. Isto é, toda a sociedade precisa se conhecer para melhor atender seus déficits, demandas e desejos. Em outras ocasiões pudemos colaborar e coordenar projectos desta natureza. Em todos eles, conhecer o que é arquitectura habitacional e como mora determinada comunidade, foram dados fundamentais. Afinal, a moradia trata de realidade e também das subjectividades. Como a arquitectura, sem perder o contacto com a realidade, pode bem responder aos sonhos das pessoas? No contexto cabo-verdiano, com condicionantes específicas de clima, de economia e de materiais, como todos os envolvidos na construção habitacional, dos técnicos, às empresas e governo, podem actuar em sintonia com os hábitos e com o desenvolvimento futuro do país?

O trabalho “Agrovila para o MST de Itapetininga”, realizado por arquitectos brasileiros e premiado internacionalmente pelo World Congress on Environmental Design for the New Millenium, na Coreia do Sul em 2000, apresentou diversas soluções para uma agrovila para os trabalhadores rurais sem terra no Brasil. Merece destacar aqui uma solução simples (entre as várias apresentadas): a casa de banho, apesar de fazer parte da unidade construída da moradia, teve uma porta aberta para o exterior e não para

2. A equipe deste estudo tem larga experiência na área. Uma das coordenadoras foi consultora de uma pesquisa de mercado levado a cabo pela editora de uma revista de construção brasileira, na qual o objectivo era apontar aos empresários do sector imobiliário quais as tendências da moradia no Brasil para o século XXI. Esta era uma pesquisa bastante específica e voltada para a moradia de alto padrão, cuja metodologia pautava-se pela amostra qualitativa de residências por faixa de renda e regiões mais urbanizadas do país. Foram então levantadas moradias nas capitais do sul, sudeste e nordeste, de um público classes A e B. Noutra oportunidade, coordenou um projecto para habitação ribeirinha

destinado às comunidades do médio Solimões, na região amazônica. Neste caso, para embasar acções do sector público. Registre-se ainda os anos dedicados à habitação de interesse social na maior companhia pública de habitação da América Latina (CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo). Outra coordenadora do trabalho ganhou um prémio de investigação em arquitectura, tendo ao longo de meses visitado diversos países africanos com a finalidade de estudar a relação entre arquitectura, cultura e identidade.

o interior como os habitantes da cidade estão habituados. O motivo é que o trabalhador do campo quer limpar-se e lavar-se antes de entrar em casa. Uma solução aparentemente óbvia, mas só projectada quando em profunda sintonia com o usuário.

Sem conhecer como se mora e quem mora muitos projectos estão fadados ao insucesso. Governos e empresários têm gastado muito dinheiro em soluções inadequadas. No Sudão o governo local apostou em projectos de habitação social que foram abandonados pelos usuários, representando uma clara deseconomia para os cofres públicos. O “detalhe” que levou ao insucesso do projecto foi a falta de separação entre os espaços domésticos para homens e mulheres. Numa sociedade cuja separação das funções domésticas por gênero estão profundamente enraizadas, ignora-la, foi fatal ao projecto. E em Cabo Verde, está-se construindo para o caboverdiano real? Está-se construindo com materiais adequados? Qual é a qualidade das moradias em termos de eficiência energética e atendimento às famílias? O tamanho é adequado? Como as novas tendências habitacionais definirão dinâmicas sociais futuras?

Para destrinchar estas perguntas simples, a Universidade de Cabo Verde, através do CIDLOT, está a realizar o diagnóstico da arquitectura habitacional, um levantamento inédito no país. Esta pesquisa tem, ademais, embasado o que poderá vir a ser um futuro programa de mestrado em arquitectura e desenvolvimento sustentável. Esta é uma das maneiras como a investigação e a universidade podem efectivamente colaborar em prol do desenvolvimento local: conhecer e reconhecer para desenvolver.

* Andréia Moassab é arquitecta e urbanista, mestre e doutora em comunicação e semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). Foi coordenadora de investigação do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde (2009-2012) e docente do departamento de Ciência e Tecnologia. Atualmente é professora da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Brasil).

* Patrícia Anahory é arquitecta, mestre em arquitectura pela Princeton University (EUA). Foi directora do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local e Ordenamento de Território da Universidade de Cabo Verde (2009-2012). Atualmente integra a equipa da Africa Innovation Summit.

Publicado no jornal *A Nação*, n. 133, 18 a 24/03/10, p. 31 a 33.

HISTÓRIA DO PLATEAU DA PRAIA

um artigo de
Francisco Livramento

O declínio da Cidade Velha, berço da cabo-verdianidade levou a que a 13 de Dezembro de 1769 a sede do governo fosse transferida para vila da Praia, que em 1858 foi elevada à categoria de cidade e se tornou a capital das ilhas de Cabo Verde em Julho de 1975.

Os estudos sobre a história urbana da Praia e sobre o seu património arquitectónico são poucos e pouco conhecidos, devido a isto a cultura de salvaguarda do edificado antigo é inexistente. É necessário pôr em evidência o valor do património urbano e dos testemunhos deixados pela história colonial. Para identificar os elementos constituintes deste património, é importante fazermos a diferença entre o património edificado e o património não edificado. Para compreendermos este conceito teremos que fazer referência à “Carta de Veneza” de 1966, e leva-nos a dizer que o Sobrado explica-se somente em relação às pequenas casas e vice-versa. Com efeito, os “imóveis de alto valor patrimonial” privados do seu contexto perderiam uma grande parte das suas qualidades, uma vez que seriam completamente banalizados por um meio envolvente não homogéneo. Esta noção do Património edificado na maior parte das vezes não é compreendido porque o “Plateau” não é visto como um conjunto que deve ser tratado numa forma coerente.

O património da cidade da Praia fica completo com a sua parte não edificada representada pelos espaços abertos da cidade, ou seja as ruas, as praças e pelo enquadramento natural, como a falésia.

A imagem da cidade da Praia e dos seus arredores que chegou até nós através dos desenhos dos viajantes é sempre muito completa e sugestiva.

É como se os elementos característicos da paisagem fossem tão fortes que era preciso não os omitir a fim de dar aos destinatários destes desenhos a emoção forte que sentimos à chegada na baía da Praia.

Era uma viagem muito perigosa e a navegação era muito difícil devido às fortes correntes que circulam constantemente à volta do arquipélago. Por causa disto talvez, as imagens transmitidas são sempre muito calmas, com barcos flutuando, as velas abaixadas, sobre as águas seguras do porto.

Estes elementos de paisagem natural são ainda hoje muito fortes e impõem-se à vista apesar do impacto do desenvolvimento da cidade desde a independência e a urbanização caótica das achadas à volta do “Plateau”.

O património urbano histórico da cidade da Praia não é limitado ao “Plateau”, compreende a zona da Alfândega também e que este não pode ser separado do contexto natural envolvente, o que dá ao edificado uma riqueza única.

O “Plateau”, pelas suas qualidades naturais será sempre lembrado, por os que aqui passam, como uma cidade com charme inegável. O seu potencial histórico justificaria um trabalho sério de salvaguarda desse património. Mas dependerá da atitude dos seus moradores em apreciar as pequenas ruas ainda calcetadas com pedras basálticas, as suas casas de estilo Colonial, desta cidade única que continua empoleirada num alto escarpado, obrigada de parar nos limites da falésia, verdadeira muralha natural.



SITA

Damos cor
à sua imaginação

Amarelo
Luz



Vermelho
Energia

Verde
Natureza

Personalize os seus projetos com as nossas cores e texturas. Na SITA, temos um vasto leque de produtos e serviços para transformar a sua imaginação em realidade:

- ✓ tintas,
- ✓ vernizes,
- ✓ impermeabilizantes,
- ✓ acessórios,
- ✓ assistência técnica,
- ✓ e muito mais.

Visite-nos nas lojas SITA e nos nossos revendedores:

Sede - Tira Chapéu - Telf. 262 99 60 / 262 72 67

Santiago - Loja na ASA: Telf. 262 60 47; Loja na Fazenda: Telf. 261 89 05; Loja em Santa Catarina: Telf. 265 15 65

S. Vicente - Delegação: Telf. 232 45 74; Loja da Rua de Coco: Telf. 232 31 84; Loja de Carreira Tiro: Telf. 232 59 99

Sal - Delegação: Telf. 241 12 31; Loja: Telf: 241 18 51

www.sita.cv



UMA CIDADE CHAMADA BILA: SÃO FILIPE

uma crónica de
Margarida Fontes



Margarida Fontes é jornalista da TCV, Apresentadora e Documentarista.

A Cidade de São Filipe pode e deve construir o futuro sobre o seu passado histórico, conforme testemunham os seus traços patrimoniais. Levantando os monumentos e os sítios da cidade e articulá-los com uma economia cultural, com realce para a história e o conhecimento; passivos que, se tornados em activos contribuem para o desenvolvimento da Cidade dos Sobrados e das Bandeiras.

São Filipe é uma cidade voltada para o mar, cara a cara com a Ilha Brava; parece que se admiram mutuamente. Mesmo a seus pés, estende-se provavelmente a mais longa praia de areia negra de Cabo Verde, Fonte Bila. Porque tão negras e tão diferentes das areias das praias do Sal e da Boa Vista? Visto do Presídio, o mar remete-nos para o tráfico negreiro, para a pesca da baleia, para as partidas para a América e para os contratos de São Tomé, bem como para as viagens de cabotagem arquipelágica e outras para Portugal, outrora país colonizador.

Nasceu como vila em 1572 e foi elevada à categoria de cidade em 1922. Era uma complementaridade da dinâmica escravocrata e mercantil da Ribeira Grande de Santiago e é, por isso, juntamente com a Praia, uma das mais antigas urbes de Cabo Verde.

Em verdade, os núcleos do Fogo e de Santiago

albergam a primeira experiência humana em Cabo Verde. Devido às transações comerciais com o continente africano, a Ilha de Santiago e a Ilha do Fogo foram consideradas, por alguns historiadores, como o equador na história do Atlântico.

É comum também dizer-se que São Filipe é uma cidade de sobrados. As suas imponentes casas guardam em si um grande significado. Nas sociedades escravizadas o lugar social das pessoas era sempre veiculado através de símbolos. E a casa exprime o nível social dos seus moradores. Nos lares mais abastados, os comerciantes, os funcionários, os “americanos” habitam em sobrados de um andar construídos com esmero, quase sempre providos de larga varanda coberta pelo telhado corrida ao longo de dois ou três lados da construção, escreve Orlando Ribeiro no seu livro ‘A Ilha do Fogo e as suas erupções’.

Na cidade, uma pessoa de um certo estatuto social teria de se vestir de acordo com a sua condição. Um relato que obtive de uma entrevista e que, confesso, me chocou, dizia que havia limitações ao próprio tratamento. São Filipe, imbuída no seu traço escravocrata, foi uma cidade onde as diferenças sociais foram muito demarcadas. É cruel saber-se que até para um mesmo crime, os castigos eram diferenciados, a depender da condição social de quem cometia o crime. De história ainda falamos.

É neste cenário de clara obsessão por demarcação de espaços sociais que os sobrados se inserem. E hoje, curiosamente, muitos dos sobrados ‘di bila’ não mais pertencem aos seus donos originais, e quem os comprou e restaurou comprova aos olhos de todos uma vitória social e económica. Os apelidos Macedo, Henriques, Sacramento Monteiro e Barbosa são algumas das famílias brancas que ocupavam, primordialmente, esses sobrados.

Num artigo intitulado ‘Fogo e as suas referências’, Ondina Ferreira escreveu que tais famílias funcionaram como ‘as referências nobilitantes da ilha’.

Mas a minha cidade é muito mais do que os homens dos sobrados. Onde é que ficou registada a enorme contribuição de uma maioria não branca e que com suor e sangue e de forma anónima levantou a essência da cidade de São Filipe? Onde é que pára a memória do povo miúdo que contribuiu para a personalidade da cidade? Onde estão as referências à força cultural dos tamboreiros e das coladeiras?

Falar de São Filipe é também falar de Pedro Cardoso, o prosador, nativista cultural e ativista social, e poeta da língua crioula. A figura que nos idos anos 1922 já debruçara sobre a mais bela expressão da alma crioula, a sua língua. Nesse ano, fundara o jornal ‘Manduco’. Mas quem passa hoje pela casa onde viveu, olha e não acredita.

Ocasão também para lembrar Aníbal Henriques, o homem que reergueu a festa da Bandeira de São Filipe em 1917. Ao falar da bandeira, lembro-me *ad eternum* de Alexandre Andrade, Tchitchiti, o tocador de todas as bandeiras. Até hoje consigo num silêncio distante escutar os toques do seu tambor. A cidade de São Filipe tem uma mística própria e encanta pela força das suas tradições, patenteada na secular presença da igreja católica na ilha, no sincretismo que denota uma forte resistência cultural, e nas suas manifestações festivas e folclóricas.

Uma sociedade crioula e sincrética que deve tanto aos seus senhores, como aos escravos de outrora. Neste tempo soberano e democrático se ergue para ser uma urbe de todos, diria mesmo com pretensão patrimonial de Cabo Verde e do Mundo.

São Filipe é um mundo dos sobrados encravado no passado; testemunho de um certo drama e uma certa grandeza. Uma grandeza em forma de cidade que reclama tratamento adequado para que possamos descortinar um novo futuro olhando para trás.

O pedaço de chão onde nasci e cresci, São Filipe, ostenta de jure o título de cidade há noventa anos, mas para os seus filhos continua a ser Bila. Um misto de carinho, pertença, e cumplicidade de todos nós, os vivos e os mortos.